

Quadros & Metas

Carta Educativa de Palmela Caracterização e Diagnóstico (Epítome)

Versão 2
Março 2002

Índice de Assuntos

Introdução.....	5
Caracterização da Situação	7
Enquadramento Económico-Social	7
Síntese de três dinâmicas	7
Situação no contexto nacional	9
Unidade e Heterogeneidade.....	10
Demografia e Território	11
Enquadramento Administrativo e Acessibilidades Regionais	11
Dinâmicas Populacionais Recentes.....	12
Desenvolvimento Urbano e Parque Habitacional	13
Hierarquia Urbana e Especificidades do Povoamento	14
Mobilidade e Movimentos Inter-concelhios	16
Cidadania, Educação e Formação.....	18
Ponto Prévio.....	18
Uma breve apresentação da situação actual.....	18
População por níveis de Instrução	18
População por Idades	20
Situação Educativa por Níveis de Ensino.....	20
Educação Pré-Escolar.....	20
Primeiro Ciclo do Ensino Básico	25
Ensino Básico Mediatizado	28
Segundo e Terceiro Ciclos do Ensino Básico	29
Segundo Ciclo.....	29
Terceiro Ciclo	29
Ensino Secundário (Geral e Tecnológico)	30
Ensino Profissional Formação de Nível III.....	32
Ensino Superior	33
Articulação entre níveis de ensino	33
Mobilidade dos alunos dentro e para fora do concelho.....	36
Segmentos especiais.....	37
Apoios Educativos e Necessidades Educativas Especiais (NEE).....	37
Serviços de Psicologia e Orientação.....	38
Ensino recorrente Educação Extra Escolar. Educação e Formação ao longo da vida.....	38
Processos de territorialização	40
A dinâmica da Comunidade Educativa.....	42
O Agrupamento das escolas Marateca e Poceirão.....	42
Questionário aos docentes e técnicos de educação	43
A entrevista com as Associações de Pais.....	45
O Projecto “ Escolas Rurais” – ano 2000/2001.....	45
Um estudo de caso – “ As crianças da freguesia de Poceirão querem uma escola “.....	46
A dinâmica autárquica.....	46
A organização autárquica e a territorialização	46
Conselho Local de Educação	47
Comissão de Protecção de Menores	47
Estruturas e Necessidades de Acção Educativo-formativa.....	48
Enquadramento.....	48
Estruturas.....	48
Economia e trabalho, em Palmela.....	49
Perspectivas e projectos de desenvolvimento do concelho.....	49
A Gestão da Acção Educativo-Formativa de Caracter Profissionalizante.....	51
Desenvolver estruturas de formação e reforçar as actividades de terceiras entidades formativas a benefício do concelho.....	52
Actividades a promover na acção profissionalizante no concelho	52
Financiamento	52

Conclusões	53
Gerais.....	53
Do Enquadramento Económico-Social.....	54
Demografia e Território	54
Cidadania, Educação e Formação	55
Nota Final	56
Bibliografia	58

Glossário

AML	Área Metropolitana de Lisboa
ATL	Atendimento de Tempos Livres
CAE	Centro de Área Educativa
CAIC	Centro de Animação Infantil Comunitária
DAPP	Departamento de Avaliação, Planeamento e Prospectiva do Ministério da Educação
DREL	Direcção Regional de Educação de Lisboa
EBM	Escolas do Ensino Básico mediatizado
EPEI	Educação Pré-Escolar Itinerante
IC	Índice de Conforto
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IR	Índice de Rendimento
JI	Jardim de Infância
ME	Ministério da Educação
NEE	Necessidades Educativas Especiais
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDM	Plano Director Municipal
PROT	Programa Operacional Territorial
RLVT	Região de Lisboa e Vale do Tejo

Introdução

O presente documento é um epítome do relatório que corresponde ao Módulo 1 e, como tal, é uma apresentação das linhas de força daquele, não se preocupando em pormenorizar, em fundamentar cabalmente as afirmações, em fornecer os suportes para actualizações e estudos específicos partindo da presente base.

Uma compreensão das linhas de força do documento poderá ser feita pela exclusiva leitura do presente epítome, mas qualquer reflexão mais pormenorizada e crítica exigirá a leitura cuidada do documento de que é originário¹.

Com muita frequência os resumos, as sínteses, a explicitação de apenas as ideias principais de um documento são maus conselheiros, são adulteradores dos documentos originais. Num duplo sentido: enquanto incapazes de reproduzir a fecundidade intelectual do documento original e enquanto geradores de um amolecimento cognitivo por parte do leitor.

Esperemos que na presente situação a lucidez dos intervenientes consiga ultrapassar tão reais perigos.

Do documento original se afirma:

1. O presente relatório corresponde ao Módulo 1 dos trabalhos preparatórios de elaboração da Carta Educativa. De acordo com o caderno de encargos, é de “caracterização e diagnóstico das diversas componentes que interferem no sistema de educação, ensino e formação no Concelho de Palmela”.

É a continuação lógica do Estudo Prévio que traçou a filosofia da Carta Educativa e que fez um primeiro sobrevoo sobre o enquadramento institucional do município na Região de Lisboa e Vale do Tejo, para o qual existem orientações estratégicas e enquadramentos operacionais em fundos comunitários.

As conclusões do presente trabalho devem começar desde já a lançar pistas de intervenção, que servirão de conteúdo do próximo relatório.

2. Este relatório resulta da síntese entre princípios orientadores anteriormente referidos, quadros legais e dinâmicas políticas e, finalmente observação da realidade local.

Esta foi feita através de visitas à região, entrevistas com instituições locais (escolas, empresas, centros de formação, organismos locais e regionais do poder central, associações de pais), inquéritos às escolas e aos professores e um sistemático diálogo com a Câmara Municipal.

3. Como se refere expressamente em diversos momentos do presente relatório, existem algumas carências de informação. É um lugar comum afirmá-lo, mas convém chamar a atenção para o facto e sobretudo localizar as razões e espaços das carências para que possam ser futuramente colmatadas.

Algumas são inevitáveis: não há uma monitorização do sistema educativo e formativo na região e a qualidade das estatísticas disponíveis decresce com a dimensão dos espaços sociais a analisar; o recenseamento geral da população de 2001 trouxe algumas surpresas que aconselham uma reanálise de alguns aspectos após a publicação dos resultados definitivos.

Outras acontecem com muita frequência: divergência entre dados de instituições diferentes retratando a mesma situação.

Outras ainda são a expressão de deficiências de respostas em algumas entrevistas ou inquéritos realizados, embora aquelas possam, só por si, exprimir vertentes da própria realidade.

Apesar destas carências - de que a mais importante era prevista (período de execução da carta educativa e calendário do recenseamento) - consideramos que a informação foi suficiente para garantir a fiabilidade dos vectores fundamentais de caracterização da situação e um suporte sólido às propostas que oportunamente serão formuladas.

4. Estas carências de informação mostra a importância e urgência da monitoragem a partir das informações relevantes para a Carta Educativa que já estão disponíveis e que se sintetiza no presente documento.

¹ Por esta razão procurámos manter ao máximo a estrutura do relatório que lhe serve de suporte.

5. O núcleo duro deste relatório é constituído por dois capítulos. Num primeiro analisam-se a demografia, a organização do espaço e o inventário de equipamentos. Num segundo a situação na educação e na formação numa perspectiva de plena cidadania.

Um enquadramento Económico-Social mais completo do que o apresentado no Estudo Prévio inicia esta abordagem. As conclusões numa lógica de antevisão das propostas constitui o último capítulo.

6. Este relatório é uma segunda versão. A partir do apresentado na primeira versão, das informações que entretanto nos foram disponibilizadas, das apreciações críticas e sugestões da Câmara Municipal de Palmela e dos dados do Recenseamento Geral da População de 2001 que entretanto foram publicados, foi possível melhorar significativamente o seu conteúdo.

7. Certamente que ainda existem imprecisões e, como sempre faltam dados. Contudo este não é mais que o suporte para as propostas educativas, formativas, de enquadramento e de gestão. Não se pode pretender uma sistemática melhoria e reformulação, que seria contra o conjunto em que se insere.

Caracterização da Situação

Enquadramento Económico-Social

Como o título indica o que aqui se pretende traçar é um enquadramento que torne perceptível as linhas de força fundamentais de evolução da região e dê significado às intervenções políticas de consolidação dessas tendências, de desvio de contradições que aquela provoque ou de imposição de rumos diferentes.

Síntese de três dinâmicas

Apesar das semelhanças geográficas de todo o concelho de Palmela, do ponto de vista humano é muito diferenciado, sofrendo a influência de três dinâmicas historico-geográficas diferentes:

- Crescente integração na área metropolitana de Lisboa.
- Dinâmica conjuntural e estrutural da Península de Setúbal
- Persistência de traços da sua tradição rural

Simultaneamente apresenta uma grande heterogeneidade interna, apesar do seu número reduzido de freguesias (de constituição e organização recente).

Como tivemos oportunidade de salientar no Estudo Prévio Palmela faz parte da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, integrando a Área Metropolitana de Lisboa, mais exactamente a Área Metropolitana Sul. Não se trata apenas de uma constatação administrativa, mas o resultado da influência da capital do País, a inserção da região numa estrutura urbana e social que adquire lógica nos contextos da Península Ibérica e da frente Atlântica do País.

As alterações nas vias de comunicação processadas nos últimos anos, a integração dos mercados de trabalho e a redefinição dos espaços emergente da globalização que actualmente se vive reforçam de forma muito significativa essa relação de Palmela enquanto parte integrante da metrópole lisboeta.

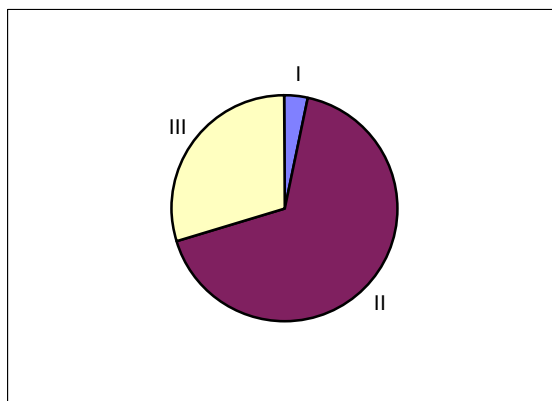
A própria pertença à zona de influência de Setúbal faz-se neste quadro, com autonomias relativas e dinâmicas próprias. Com efeito a Península de Setúbal tem uma história muito própria do processo de industrialização, e formação do mercado de trabalho, marcada por fortes mudanças conjunturais.

Com tradição industrial desde o “Estado Novo”, está estreitamente ligado à indústria pesada assente em grandes empresas, com um assalariamento é muito acentuado. Fins da década de 70 e princípios de 80 é marcado por uma grande crise atravessada por decadência de alguns dos sectores de actividade aí existentes, desemprego e marginalização social. A melhoria registada na década de 90 é notória. Contudo algumas grandes unidades têm uma elevada importância no mercado de força de trabalho e a globalização pode gerar alterações bruscas.

A referida crise afectou pouco Palmela, com pouca industrialização, mas a posterior melhoria teve consequências directas de industrialização para Palmela. A fragilidade do ponto de partida faz com que a o desenvolvimento económico recentemente verificado neste concelho apresente elevadas taxas de variação.

Em termos de emprego o sector secundário é fundamental:

Gráfico 1: Peso relativo do I, II e III no Concelho de Palmela



Fonte: Sales 2001, Marktest

É a indústria Transformadora que essencialmente suporta o emprego no município, apresentando a seguinte distribuição significativa por grandes subsectores:

Tabela 1: Número de Trabalhadores nos Sub-setores da Indústria Transformadora em Palmela

Ind. Alimentares, Bebidas e Tabaco	1346
Indústria Têxtil	379
Indústria do Couro e de Produtos do Couro	9
Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras	50
Indústria de Pasta, de Papel e Cartão e seus Artigos; Edição e Impressão	94
Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e Combustível	0
Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas ou Artificiais	146
Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas	106
Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos	110
Indústrias Metalúrgicas de base e de Produtos Metálicos	704
Fabricação de Máquinas e de Equipamentos, N.E.	402
Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica	2171
Fabricação de Material de Transporte	5354
Indústrias Transformadoras, N.E.	244
TOTAL	11115

Fonte: Sales 2001, Marktest

“Fabricação de Material de Transporte” (DM), “Fabricação de Equipamento Eléctrico e Óptico” (DL), “Alimentação, Bebidas e Tabaco” (DA) e “Indústrias Metalúrgicas de Base” (DJ) são, com grande destaque para a primeira, as principais actividades de indústria transformadora no concelho de Palmela.

Desta recente industrialização muito centrada na Autoeuropa resulta um mercado de trabalho local bem individualizado. Com efeito o concelho de Setúbal e o prolongamento para norte até ao Pinhal Novo configuram um submercado de trabalho bem individualizado. A dependência em relação ao mercado de trabalho de Lisboa é diminuta, detectando-se mesmo uma tendência crescente para atracção de activos da margem Norte, devido à procura local de emprego. A localização da Autoeuropa e dos fornecedores associados alterou significativamente a estrutura do trabalho neste submercado, designadamente nas vertentes da qualificação, género e idade. Detecta-se, actualmente, uma tendência para a formação de um eixo entre Pinhal Novo e Montijo.

A tradição rural, terceiro vector caracterizador da região é uma expressão de algumas das características da Península de Setúbal, potenciada por especificidade do concelho.

A Península de Setúbal tem também boas condições para a agricultura, a pesca e o turismo.

A extensão e diversidade do concelho de Palmela, o menor número de blocos com superfície agrícola explorada por exploração (tomando como referência o País e Lisboa e Vale do Tejo), a tradição em algumas actividades agrícolas, nomeadamente o vinho, as possibilidades florestais e as “boas condições para a produção de alguns novos produtos” fornecem-lhe condições favoráveis para algumas actividades agrárias.

A sua extensão e diversidade, a Serra da Arrábida, a proximidade das praias e de Lisboa e sua relevância histórico-cultural também cria condições bastante favoráveis para o turismo. Condições reconhecidas no PDM que aposta no desenvolvimento de diversas modalidades (ambiental, cultural, rural, de eventos e negócio e agro-turismo)

Situação no contexto nacional

Em resultado destas diversas influências o concelho de Palmela apresenta-se numa posição relativamente favorável comparativamente com os restantes municípios do País, mas todos os indicadores utilizados apontam para uma melhor posição na criação de riqueza que na acessibilidade aos bens e serviços que o actual desenvolvimento tecnológico e científico permite disponibilizar.

Por outras palavras, há uma carência de serviços e bem-estar no concelho de Palmela relativamente à riqueza que ali é criada.

Consideremos, para ilustrar esta afirmação, os índices de Rendimento (IR) e de Conforto (IC). São índices compostos, em que o primeiro privilegia índices parciais medidores do rendimento da população residente do município e o segundo entra também em conta (em 80%) com o acesso aos serviços (comércio, saúde, ensino e outros prestados pela Câmara). Ambos são expressos em permilagem:

Tabela 2: Índice de Rendimento e do Conforto

	IR			IC		
	2001	Cr.	Ord	2001	Cr.	Ord
Palmela	5,21	1,47	42	4,17	1,38	58
Obs. Cr mede o rácio entre os valores do índice em 2001 e 1992. Ord indica a posição relativa numa ordenação, por ordem decrescente, de todos os municípios do Continente. Fonte: Sales (Marktest) 2001						

A posição de fragilidade relativa do concelho no acesso aos bens e serviços revela-se também, como seria de esperar, no ensino. O Índice Geral de Ensino é um indicador agregado que entra em conta com grande parte da informação relacionada com o ensino oficial e particular, medindo a participação de cada concelho (em permilagem) no conjunto nacional. Eis os dados :

Tabela 3: Situação e Evolução do Índice Geral de Ensino

	1992N	2000N	2000D	Cr.
Palmela	1,74	3,81	49,98	2,19

Obs. N indica que a permilagem está calculada em relação ao todo nacional. D indica que esse cálculo é feito para o Distrito de Setúbal. Cr é o rácio 2000N/1992N.

Fonte: Sales, Marketest.

Palmela apresenta uma posição modesta no contexto do distrito e nacional, embora seja o segundo município a registar mais significativas melhorias, encontrando-se entre os únicos três que mais que duplicaram a sua posição relativa.

Unidade e Heterogeneidade

O concelho de Palmela apresenta-se como um todo no conjunto destas referências. Tem uma unidade que se fundamenta e justifica na heterogeneidade de situações, na interacção das suas partes e na organização político-administrativa. Contudo muitas das análises seguintes, nomeadamente na urbanização e educação, expressam de forma inequívoca a diversidade de situações dentro do concelho.

Demografia e Território

Enquadramento Administrativo e Acessibilidades Regionais

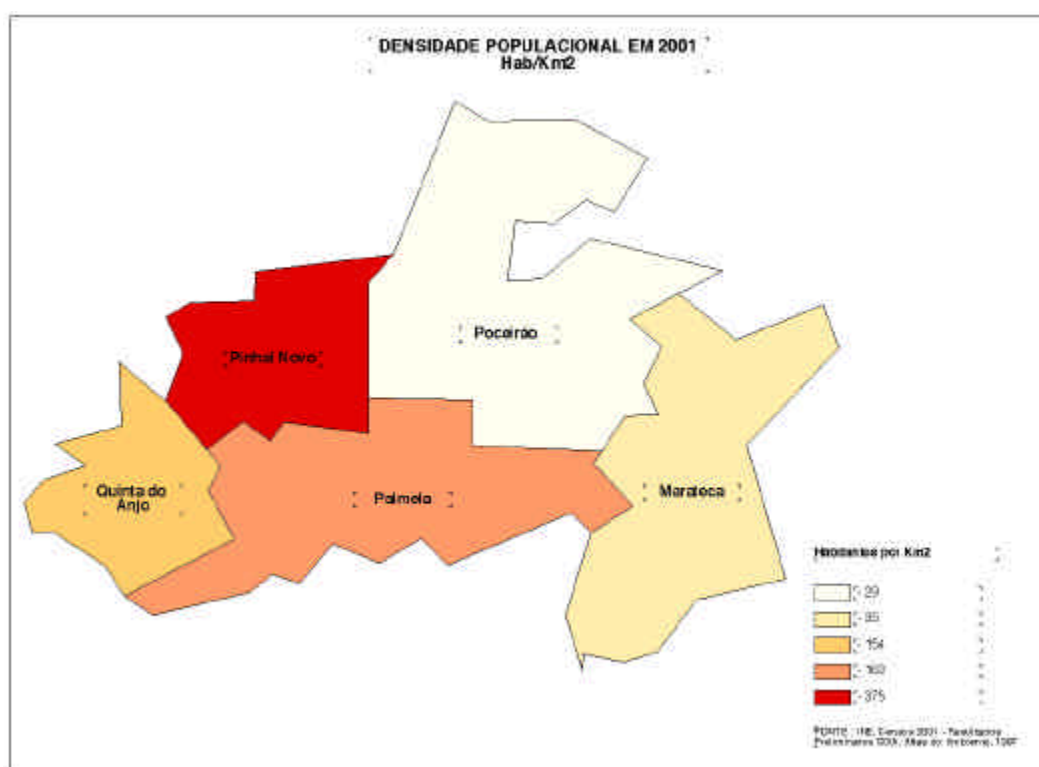
O concelho de Palmela, com cerca de 462 Km², localiza-se na Península de Setúbal, tendo como concelhos envolventes: Alcochete (a Norte); Benavente (a Norte); Montijo (a Norte e a Oeste); Barreiro (a Oeste); Moita (a Oeste); Vendas Novas (a Este); Setúbal (a Sul); Alcácer do Sal (a Sul).

A vila sede do concelho, Palmela, localiza-se a menos de 40 Km da cidade de Lisboa e a 5 Km da cidade de Setúbal, integrando a Área Metropolitana de Lisboa, sendo, como vimos, um dos seus vectores de dinâmica. As principais ligações rodoviárias denotam-no claramente (Itinerário Principal nº1, Auto-estrada nº 12, Itinerário Complementar nº 11). Para além da acessibilidade rodoviária, Palmela, também se encontra servida por rede ferroviária que complementa a acessibilidade.

No contexto da área metropolitana, e tendo por base os trabalhos do *Plano Regional de Ordenamento do Território* (PROT-AML), o concelho de Palmela encontra-se repartido por três dos sete tipos de espaços caracterizados, no que respeita às dinâmicas e tendências de mudança: ('Espaços Motores', 'Espaços emergentes', 'Espaços problema'). Em Pinhal Novo se interceptam as três tipologias de espaços identificadas.

A diversidade municipal a que fizemos alusão revelam-se bem na dinâmica populacional que fortemente conflui com esta tipificação dos espaços. As freguesias mais ocidentais (Pinhal Novo, Quinta do Anjo e Palmela) revelam densidades populacionais bastantes mais elevadas quando comparadas com as freguesias mais orientais (Marateca e Poceirão), como se pode verificar no cartograma que se segue.

Mapa 1:Densidade Populacional em 2001 nas freguesias de Palmela



Dinâmicas Populacionais Recentes

No caso do município de Palmela, mais do que as tendências de evolução a longo prazo interessam as dinâmicas recentes.

Para os dois últimos recenseamentos da população temos a seguinte informação:

Tabela 4: Alguns Dados Preliminares do Recenseamento de 2001

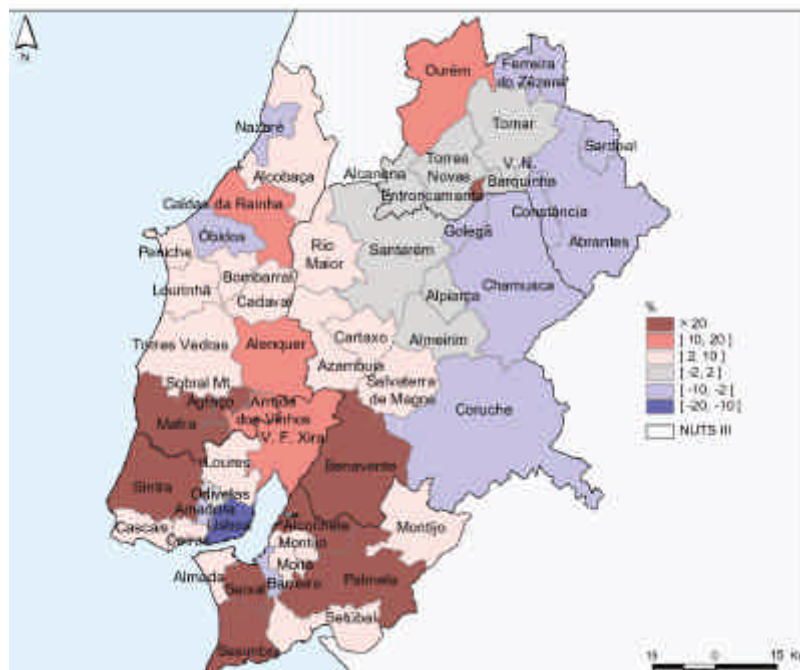
NUT/Concelho/Freguesia	PP HM(1991)	PP HM(2001)	PR HM(1991)	PR HM(2001)
PORTUGAL	9865973	10230603	9867147	10318084
PENÍNSULA DE SETÚBAL	637892	697702	640493	709804
Palmela	43470	52747	43857	53258
Marateca	3647	3586	3644	3574
Palmela	13853	15793	13874	16068
Pinhal Novo	15117	20757	15353	20972
Quinta do Anjo	6516	8282	6592	8366
Poceirão	4337	4329	4394	4278

Fonte: INE

Observações: PP = População Presente; PR = População Residente

Que revelam algumas dinâmicas particularmente interessantes para os nossos propósitos: Na Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) o concelho de Palmela é dos que têm maiores níveis de variação percentual da população, acompanhando uma tendência de crescimento muito forte na península de Setúbal.

Mapa 2: Taxa de crescimento da população, por concelhos, 1991-2001



Esta tendência municipal reflecte, no entanto, ritmos de variação muito diferenciados entre as freguesias que constituem Palmela: cinco freguesias, quatro situações diferentes. Maior taxa de variação (superior a 20%) em Quinta do Anjo e Pinhal Novo; Entre 10 e 20% em Palmela; estabilização da população (entre -2 e 2% de variação) na Marateca e claro decréscimo (entre -10% e -2%) em Poceirão.

Desenvolvimento Urbano e Parque Habitacional

Destacam-se como marcos determinantes do crescimento urbanístico e populacional do concelho de Palmela a inauguração da Ponte 25 de Abril, em 1966, e mais recentemente a Ponte Vasco da Gama e a A12, em 1998, que facilitando a travessia sobre o Tejo incrementa de sobremaneira a procura de habitação nos diversos concelhos da Península de Setúbal, nomeadamente em Palmela.

Desta forma, durante os últimos 35 anos o concelho de Palmela tem sido objecto de fortes pressões de urbanização, em particular nas áreas junto aos principais eixos de ligação entre Lisboa e Setúbal.

No que se refere à produção de solo legal e ilegal, podemos dizer que a produção de solo urbano de génese ilegal, de acordo com os estudos efectuados pela autarquia, assumiu proporções preocupantes.

Numa perspectiva de evolução futura refiram-se as principais intervenções urbanísticas promovidas pela autarquia, ao nível dos instrumentos de planeamento em curso no território de Palmela:

- Plano de Urbanização do Pinhal Novo;
- Plano de Urbanização da Quinta do Anjo;
- Plano de Urbanização dos Olhos de Água/Lagoinha I e II/_Vale de Touros.

No que se refere à intervenção privada os principais loteamentos situam-se nas freguesias de Quinta do Anjo (17), Palmela (25) e Pinhal Novo (7) a que correspondem respectivamente 1.653, 1.122 e 516 fogos. Constata-se ainda que os maiores loteamentos em número de fogos se localizam nas freguesias de Quinta do Anjo e Palmela, sendo que estes se localizam sobretudo nas sedes das freguesias no caso da Quinta do Anjo, e de Pinhal Novo e em áreas urbanas em consolidação em Palmela (Aires).

De facto, relativamente a processos de intenções privadas assinalam-se vinte processos, entre loteamentos e urbanizações. O conjunto das pretensões registadas vêm reafirmar a pressão urbanística verificada na freguesia nas últimas décadas e registada nos Censos de 2001. Efectivamente, se juntarmos a estes os planos de pormenor em curso rapidamente induzimos o acréscimo da população que surgirá nos próximos anos no Pinhal Novo.

Estes aspectos são confirmados pelas informações dos recenseamentos:

Gráfico 2: Evolução do Número de Edifícios por freguesia

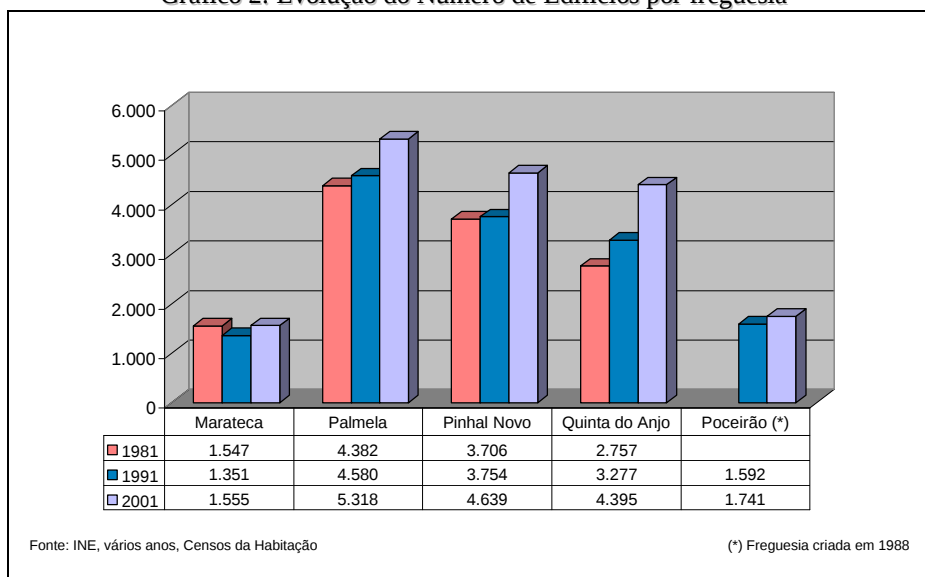


Tabela 5: Indicadores do Parque Habitacional, por freguesia

Freguesia	Media de Alojamentos por Edifício			Média de Indivíduos por Alojamento			Média de Famílias por Edifício		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Marateca	1,16	1,10	1,08	2,58	2,45	2,17	0,99	0,89	0,85
Palmela	1,27	1,37	1,43	2,63	2,21	2,16	1,10	1,00	1,09
Pinhal Novo	1,26	1,73	2,20	2,35	2,37	2,07	0,99	1,36	1,63
Quinta do Anjo	1,07	1,08	1,20	2,27	1,87	1,63	0,81	0,67	0,70
Poceirão	-	1,06	1,06	-	2,60	2,38	-	0,90	0,87
Concelho	1,21	1,34	1,51	2,47	2,25	2,04	0,99	1,00	1,10

Hierarquia Urbana e Especificidades do Povoamento

A dimensão do concelho de Palmela, por um lado, e a sua localização numa zona de transição entre os concelhos da área metropolitana e os concelhos do interior alentejano, por outro, constituem dois factores que, em conjunto, permitem explicar as diferenças territoriais existentes e significativas na rede urbana concelhia.

Tabela 6: Quadro síntese de Caracterização das Freguesias

Freguesia	Área (Km2)	População residente em 2001	Densidade Populacional (Hab/Km2)	Principais Lugares
Marateca	103,4	3.586	35	Marateca; Águas de Moura; Cajados
Palmela	104,5	16.115	154	Palmela; Aires; Volta da Pedra; Palmela Gare; Baixa de Palmela; Venda do Alcaide; Lagoinha; Batudes; Brejos do Assa; Algeruz
Pinhal Novo	55,9	20.993	376	Pinhal Novo; Venda do Alcaide; Rio Frio; Fonte da Vaca; Lagoa da Palha; Vale da Vila; Palhota; Bairro de Vila Nogueira; Carregueira e Terrim
Quinta do Anjo	51,1	8.354	163	Quinta do Anjo; Cabanas; Olhos de Água; Bairro Alentejano; Bairro dos Marinheiros
Poceirão	147,1	4.304	29	Poceirão; Lagoa do Calvo; Forninho; Fernando Pó; Lagameças; Agualva

Fonte: DGA, 1997, Carta Administrativa do Atlas do Ambiente; INE, 2001, Censos de 2001-Dados Provisórios

Tal como refere o “Estudo sobre a criação de Novas Autarquias no Território do Concelho de Palmela” (GEOIDEIA, 2001:48, 49), “constata-se que o povoamento das cinco freguesias assenta em lugares de reduzida dimensão. Apenas as freguesias de Palmela e Pinhal Novo têm lugares com mais de 5.000 habitantes, que correspondem às suas sedes. Efectivamente, é obvio que os lugares sedes de freguesia são aqueles que concentram mais pessoas. No entanto, no caso do Poceirão, a parcela da população que não reside em lugares é muito significativa. Cerca de 94 % da população vive em “isolados”.

De referir ainda que o mesmo estudo destaca duas áreas que apresentam maior dinamismo:

- Áreas próximas do nó do Barreiro da AE (Zonas industriais da Autoeuropa, Quinta da Marquesa e Vila Amélia);

- Eixo Palmela-Pinhal Novo.

E um novo eixo de desenvolvimento do Concelho na sua parte oriental:

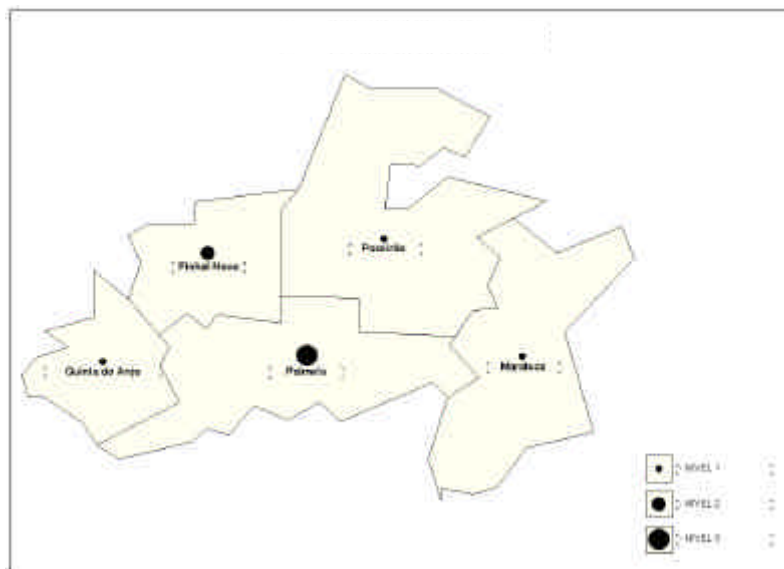
- Eixo Poceirão/Águas de Moura (apoiado no nó da A2 – IC 11)

No estudo da hierarquia urbana entende-se que os elementos mais expressivos e relevantes que caracterizam a rede urbana concelhia se relacionam com o ‘potencial demográfico’ e com as ‘funções urbanas’ desempenhados por cada centro urbano. De facto, o nível hierárquico de um centro urbano, dependendo de vários factores, na generalidade dos casos, apresenta uma forte correlação com a dimensão populacional do centro urbano e com o número e diversidade de equipamentos colectivos de utilização pública.

No concelho de Palmela identificam-se centros urbanos de três níveis, a saber:

- **Nível 1**, correspondem às sedes de freguesia que apresentam uma reduzida diversidade e um número reduzido de equipamentos públicos de utilização colectiva, motivando que a sua população residente dependa de outros centro urbanos para o desempenho de várias funções urbanas. O potencial humano (número de habitantes e densidade populacional) é relativamente reduzido (caso de Poceirão e Marateca) mas não constitui regra geral (caso de Quinta do Anjo, que apresenta valores mais elevados, idênticos a freguesias de níveis superiores no caso da densidade populacional);
- **Nível 2** – corresponde à sede de freguesia com um elevado potencial humano (quer em termos de população quer em termos de densidade populacional), com um expressivo número e diversidade de funções urbanas, mas que ainda apresentam dependência funcional em alguns domínios resultante da ausência de algumas equipamentos urbanos de nível superior. Corresponde à freguesia de Pinhal Novo;
- **Nível 3** – corresponde à sede de freguesia que apresenta maior número de unidades e diversidade de valências funcionais, com um elevado potencial humano (em população residente e em densidade populacional). Corresponde à sede de concelho, Palmela.

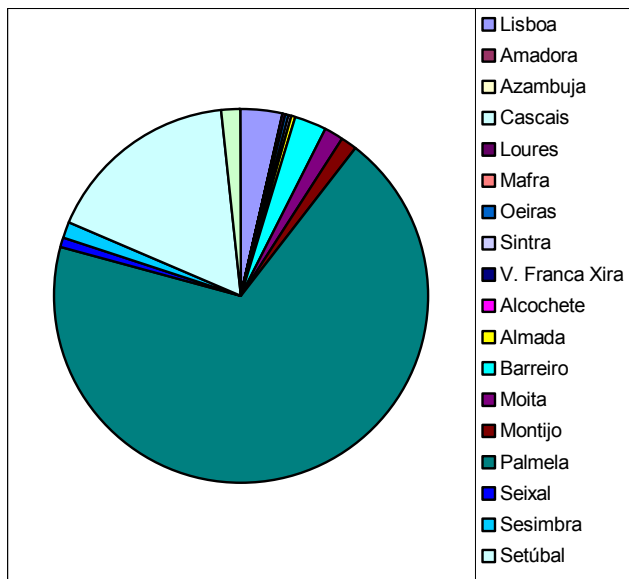
Mapa 3: Hierarquia Urbana



Mobilidade e Movimentos Inter-concelhios

Não é difícil de concluir de tudo o afirmado que o essencial dos movimentos pendulares são dentro do concelho de Palmela, mas que há uma tendência para aumentar os movimentos pendulares com Lisboa:

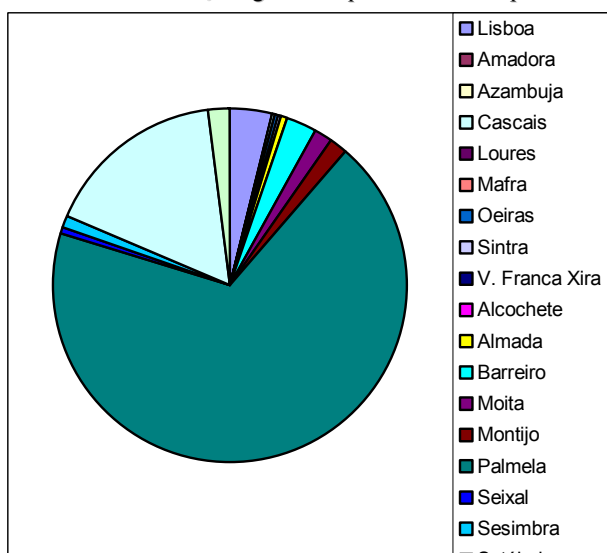
Gráfico 3: Mobilidade, Destino dos Residentes em Palmela



Fonte: Inquérito Geral à Mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa

68,5% dos movimentos são dentro do concelho, 17,1% deslocam-se para Setúbal e 3,5% vão para o concelho de Lisboa. Barreiro, Moita, Montijo e Sesimbra são os outros destinos, com percentagens muito baixas.

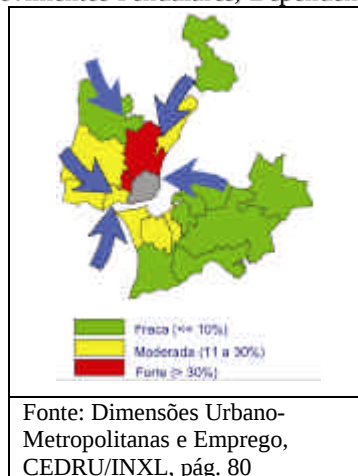
Gráfico 4: Mobilidade, Origem dos que se deslocam para Palmela



68,4% dos movimentos são dentro do concelho, 16,5% são provenientes de Setúbal, 3,9% é de Lisboa. Barreiro, Moita, Montijo e Sesimbra são os outros locais de origem.

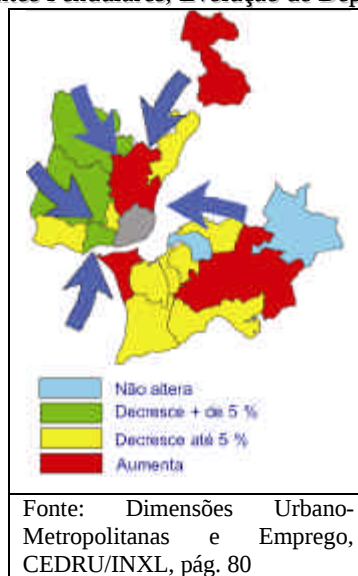
Apesar da fraca dependência do concelho em relação a Lisboa registada em 1998, ressaltam dos dados anteriores,

Mapa 4: Movimentos Pendulares, Dependência de Lisboa



ela tem aumentado nos últimos anos (entre 1993 e 1998, dados para que existem dados, sendo de admitir que desde então se intensificou):

Mapa 5: Movimentos Pendulares, Evolução de Dependência de Lisboa



Cidadania, Educação e Formação

Neste capítulo pretende-se fazer uma caracterização dos sistemas educativos e formativo, fornecendo os elementos de análise indispensáveis à formulação das propostas.

Restringimos o objecto de estudo aos aspectos que reputamos essenciais no sistema educativo. Esta é a primeira observação que não podemos deixar de colocar no início deste capítulo.

A segunda observação tem a ver com uma evidência: esta caracterização da situação é uma investigação orientada tendo em vista a apresentação de um conjunto de propostas.

Finalmente, apresentando-se muitas informações estatísticas, é pertinente terminarmos estas considerações prévias com a chama de atenção para a importância desde já da monitoragem.

Fazer a monitoragem do sistema educativo consiste na montagem e funcionamento de uma base de dados sobre a realidade educativa, de preferência descentralizada – como o são as tomadas de decisão – articulada com modelos de decisão capazes de accionar e sustentar uma intervenção atempada e lúcida dos intervenientes no processo educativo. É indispensável aproveitar a multiplicidade de informações aqui existentes para começar a montar essa base de dados.

Ponto Prévio

A Lei Base do Sistema Educativo (LBSE) (Lei 46/96) aparece como o diploma que enquadró as orientações para a nova configuração da rede educativa e a redefinição de critérios de planeamento. Por outro lado a desconcentração e descentralização (territorialização das políticas educativas) tem procurado transferir para as autarquias competências que até há algum tempo atrás eram da competência exclusiva do Ministério da Educação. A elaboração de orientações no respeitante ao planeamento educativo tem procurado considerar as respostas participadas, diversificadas, flexíveis e complementares que correspondam às realidades demográficas e sócio económicas de cada área territorial mas tendo em conta a coerência de um todo, o Sistema Educativo a nível nacional.

A carta educativa aparece como uma metodologia de resposta aos novos desafios educativos e não só como instrumento de mera resposta de planeamento escolar. Além disso as dinâmicas educativas e formativas desenvolvidas a nível local articulam-se com o desenvolvimento económico e social.

Mas a carta educativa é também repensar, é também entendido como o problematizar, como o intervir, como o agir em consonância com o que pressupõe conhecer e ser capaz de ler a realidade, e sobre cada leitura contextualizá-la a nível local, regional e nacional. Tal exercício exige a participação social, o envolvimento de estruturas a diversos níveis, a articulação de todos os processos e situações educativas e formativas. No concelho de Palmela é continuar e reforçar uma linha de orientação política dos últimos anos.

Uma breve apresentação da situação actual

População por níveis de Instrução

Os dados preliminares do Recenseamento permite-nos fazer uma primeira análise dos níveis de escolaridade da população residente.

A percentagem de população portuguesa sem qualquer nível de ensino concluído é de 14,4%. A situação é melhor na região de Lisboa e Vale do Tejo (12,8%). No conjunto dos concelhos da Península de Setúbal Palmela tem o segundo valor mais alto (16,9%, logo a seguir ao Montijo).

Entre as freguesias do concelho de Palmela também existem importantes diferenças, marcando o dualismo que temos vindo a constatar. Marateca e Poceirão têm as percentagens mais elevadas (25,0 e 24,1) enquanto Palmela e Pinhal Novo se encontram a baixo da média concelhia (14,4 e 15,7 respectivamente).

Os valores referidos englobam tanto as crianças que ainda não têm idade para terem obtido o 1º ciclo como a restante população sem escolaridade. As elevadas percentagens apontam essencialmente para a última situação. Quando verificamos que as freguesias com mais elevadas percentagens de dos cidadãos sem qualquer nível de instrução são também as que têm mais baixas percentagens de frequência do ensino no momento do recenseamento, não será difícil de concluir as maiores manchas de analfabetismo nessas regiões.

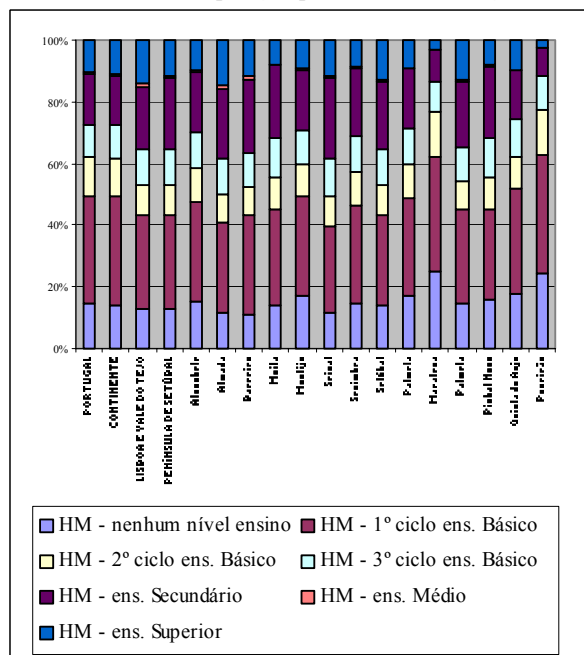
Se compararmos a situação de Portugal com a de Lisboa e Vale do Tejo quanto ao nível de ensino mais elevado atingidos pela população residente concluímos que o padrão de maior desenvolvimento é ter mais baixas percentagens no 1º e 2º ciclos e mais elevadas percentagens no Ensino Secundário, Médio e Superior.

Palmela tem uma posição intermédia entre esses dois padrões de referência: significativos valores no ensino secundário (19,5 contra 16,0 do país e 20,4 de Lisboa e Vale do Tejo) e baixas percentagens de ensino superior (8,9 contra 10,6 e 11,6 respectivamente).

As assimetrias entre as diversas freguesias de Palmela também são notórias na análise por níveis de ensino concluídos: baixos níveis de ensino secundário em Marateca e Poceirão (10,3 e 9,2 contra 19,5 do concelho e 16 do país) e concentração do Ensino Secundário e Superior em Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo (hegemonia de Pinhal Novo no Secundário e de Palmela no superior).

Para além destas comparações é de salientar a irrelevância do Ensino Médio e as baixas percentagens globais de ensino superior no contexto europeu e numa região que defende como estratégia a altos níveis de qualificação.

Gráfico 5: População por níveis de instrução



Fonte: INE, Resultados Preliminares do Recenseamento de 2001

A comparação da situação entre Homens e Mulheres não revela padrões em Palmela diferentes dos nacionais, com a ligeira ressalva de uma mais baixa frequência actual do ensino das mulheres na freguesia do Poceirão.

População por Idades

O cálculo das taxas de cobertura dos diversos níveis de ensino exige que se tenha uma ideia, ainda que aproximada da população com idade para frequentar cada um deles. Sem elemento torna-se muito difícil ser indicativo, e muito menos conclusivo, sobre algumas matérias.

O conhecimento da população em 2001 por idades é bastante difícil mas é possível calcular valores extremos por idade e freguesia:

Tabela 7: Previsões da população por idades em 2001 para as Freguesias

Idades	Marateca			Palmela			Pinhal Novo			Quinta do Anjo			Poceirão		
	H01	H02	Media	H01	H02	Media	H01	H02	Media	H01	H02	Media	H01	H02	Media
Total	3586	3586	3586	16115	16115	16115	20993	20993	20993	8354	8354	8354	4304	4304	4304
0	31	36	33	130	199	164	204	380	292	70	93	81	40	56	48
1	32	36	34	132	202	167	207	386	296	71	95	83	41	56	48
2	29	34	31	122	186	154	191	356	274	65	87	76	37	52	45
3	30	34	32	124	190	157	195	364	279	67	89	78	38	53	46
4	30	34	32	124	190	157	195	363	279	66	89	78	38	53	46
5	31	41	36	131	145	138	206	224	215	70	65	68	40	45	43
6	33	44	39	140	155	147	219	238	229	75	70	72	43	48	45
7	35	45	40	146	161	154	229	249	239	78	73	75	45	50	47
8	37	49	43	156	172	164	244	266	255	83	78	80	48	53	51
9	39	51	45	162	180	171	254	277	266	87	81	84	50	55	53
10	41	45	43	174	188	181	272	250	261	93	94	94	53	53	53
11	44	48	46	186	201	194	291	268	280	99	101	100	57	57	57
12	46	49	48	192	208	200	301	277	289	103	104	103	59	59	59
13	51	54	52	211	229	220	331	305	318	113	115	114	65	65	65
14	54	58	56	225	243	234	352	324	338	120	122	121	69	69	69
15	56	61	59	234	254	244	367	312	339	125	133	129	72	65	69
16	56	61	59	234	254	244	367	312	339	125	133	129	72	65	69
17	55	60	57	228	248	238	358	304	331	122	130	126	70	64	67
18	57	62	59	237	257	247	371	315	343	127	135	131	73	66	69
19	56	62	59	236	256	246	370	314	342	126	134	130	72	66	69

Situação Educativa por Níveis de Ensino

Educação Pré-Escolar

Alguns dados estatísticos podem-nos dar uma ideia da evolução do crescimento da pré-escolarização quer no distrito Setúbal quer ainda no concelho de Palmela. Antes de 97 a taxa de pré-escolarização no distrito de Setúbal era de 46% sendo dos poucos distritos onde esta era inferior ao valor do continente (60%). As diversas soluções para aumentar a taxa de escolarização, sobretudo as de educação infantil itinerante e de animação infantil comunitária (no distrito de Setúbal esta modalidade representa 31,7 % da existente a nível nacional), modificaram, desde então, a situação existente.

Alguns dados mais pormenorizados:

1ª Infância – Creche (0 aos 3 anos)

O apoio à 1ª infância é realizado no concelho de Palmela em 4 salas que pertencem a instituições privadas e 16 salas que pertencem a instituições de solidariedade social. Todas as freguesias têm uma oferta para as crianças desta idade, sendo notório que é em Palmela e Pinhal Novo que a oferta predomina.

Jardim Infância

A Educação pré escolar é assegurada no concelho por 25 instituições (públicas, privadas e IPSS). A oferta da rede pública reveste a modalidade de JI itinerante nas freguesias de Poceirão e Marateca.

A educação pré-escolar foi assegurada de modo diverso nas 5 freguesias em número e em modalidade. Para o ano de 2000/2001 foram inventariadas 53 salas estando inscritas em JI 746 crianças nos quais trabalhavam 49 docentes. Por freguesia a situação para esse ano apresentava-se deste modo:

- Marateca – oferta de 3 JI, com 3 docentes e 62 alunos
- Palmela – oferta de 7 JI, com 13 docentes e 262 crianças
- Pinhal Novo – oferta de 10 JI com 20 docentes e 260 alunos
- Poceirão – oferta de 2 JI, 2 docentes e 39 alunos
- Quinta do Anjo – 3 JI, 11 docentes e 133 crianças

A evolução do número de docentes e alunos desde 96/97 encontra-se nos quadros seguintes:

Tabela 8: Docentes e alunos do Pré-escolar por anos e por freguesia

	1996/1997		1997/1998		1998/1999		1999/2000		2000/2001	
	doc. 96/97	nºalunos 96/97	doc. 97/98	nºalunos 97/98	doc. 98/99	nºalunos 98/99	doc. 99/00	nºalunos 99/00	doc. 00/01	nºalunos 00/01
Marateca	8	61	2	41	2	50	3	62	3	62
P.Novo	15	133	12	237	12	290	18	298	20	260
Palmela	25	177	11	261	11	232	21	265	13	252
Poceirão	0	0	0	0	0	25	2	40	2	39
Q.Anjo	12	42	6	66	6	86	10	111	11	133
Total	60	413	31	605	31	683	54	776	49	746

Fonte:DAPP/ME

A grande falibilidade dos dados sobre a população nestas idades não permite, como se disse, calcular de forma peremptória taxas de cobertura. Contudo, tomando os casos temos, podemos indicar as seguintes taxas de cobertura extremas para cada uma das freguesias:

- Marateca: entre 68% e 76%
- Palmela: entre 50% e 69%
- Pinhal Novo: entre 27% e 44%
- Poceirão: entre 26% e 33%
- Quinta do Anto: entre 55% e 66%

Segundo o questionário lançado a todos os JI, em que a percentagem das respostas foi de 79%:

(a) A oferta da pré-escolarização no concelho de Palmela assenta sobretudo na rede privada oferecendo esta a nível de horários de permanência uma maior amplitude (desde as 7h/ 7,30 até às 18,30/19) e um deles faz a oferta da permanência ao sábado. A rede pública oferece um horário entre as 9 e as 15 . A diversificação das actividades (ATL, Ludoteca) acontece em alguns dos JI da rede privada.

(b) O tipo de construção, o número de edifícios que foram reconvertidos para utilização de JI, a partilha de espaços com outros níveis de ensino são em parte alguma justificação para a dificuldade da diversificação de horários e de actividades. Os espaços de recreio existem em 80% dos casos e mesmo nestes é referida uma necessidade de adequabilidade dos espaços exteriores, nomeadamente no que se refere às questões de segurança e apetrechamento lúdico.

(c) Também nos transparece que um dos grandes entraves ao desenvolvimento maior da pré-escolarização pública, para além do horário é ainda a oferta de soluções para a permanência dos alunos na escola na hora do almoço. Os espaços específicos reservados a esta função (cantina) existem num número limitado de JI (10%), e a solução ou soluções apontadas referem, num caso o servir-se da cantina de uma instituição próxima e em outro a utilização da própria sala de aula.

No entanto o número de refeições indicadas varia de 20 a 250. No que se refere às sugestões que se apresentavam no questionário (refeições volantes, protocolos com escolas vizinhas, CM, JF, envolvimento das famílias) para ultrapassar esta carência não existiu qualquer resposta!!!.

(d) No item sobre os requisitos que a escola deverá ter no que diz respeito ao espaço educativo é importante observar o significado de cada um deles e o valor que lhes foi atribuído (A = valor mínimo, E = valor máximo)

Tabela 9: Número de vezes atribuído um determinado nível de importância a um item

Item	A	B	C	D	E	S/R
Espaços qualidade estética (EA01)		3	1	6	4	5
Espaços adequados nível etário (EA02)	1			3	10	5
Espaços adequados normas segurança (EA03)	1		2		11	5
Espaços favorecerem integração e socialização da criança. (EA04)			1	5	8	5
Espaços em número adequado (EA05)	1	2		4	7	5
Mobiliário critério de qualidade (EA06)	1		4		9	5
Mobiliário pedagógico adequado (EA07)	1		1	4	8	5
Equipamentos facilitadores das aprendizagens (EA08)	1		3	3	7	5
Equipamentos lúdicos suficientes (EA09)	1		4	2	7	5
Equipamento informático (EA10)	1	1	4	5	2	6
Conservação do espaço (EA11)			3	6	4	6

Não teve expressão a resposta dada ao juízo valorativo (1 a 5) sobre o estado de conservação das instalações mas, no entanto, foram indicados aspectos a melhorar centrados nas questões físicas melhoria de instalações, ampliação de instalações, espaços exteriores, recreios cobertos, casas de banho. Um JI refere refeitório, 2 equipamento informático e 1 refere equipamento lúdico.

(e) Relativamente ao pessoal docente as respostas havidas deixam inferir que o seu enquadramento no concelho é bom (+ de 50% são ou habitam no concelho) e que na sua maioria têm uma vivência no JI superior a 3 anos. O pessoal não docente está sobretudo radicado no concelho, situa-se na faixa etária entre os 30 e 40 anos e tem alguma estabilidade no local de trabalho sendo considerado pela entidade empregadora ou que gere o JI com aptidões para o desempenho de funções. As respostas dadas ao item sobre o pessoal não docente, a não identificação da necessidade da sua formação mostrou a dificuldade de caracterização das funções deste pessoal por parte das entidades e pessoas que responderam ao questionário o que pode levar-nos a pensar que a maioria exerce funções indiferenciadas.

(f) A população servida pelo JI é sobretudo a da freguesia onde este se situa, no entanto há 6 JI que servem de apoio a crianças de outras freguesias sobretudo da Quinta do Anjo (2), Pinhal Novo (1), S. Pedro da Marateca (1). Há ainda um JI que funciona como unidade acolhedora das freguesias de outro concelho tendo sido indicados, Setúbal, Azeitão, Sesimbra, Montijo. Esta informação foi complementada com as razões da escolha, que por ordem decrescente de importância foram: a proximidade do local de trabalho dos pais, as carências deste nível de ensino na zona, ou inexistência de vaga, a qualidade pedagógica e as condições de funcionamento, o conhecimento pessoal do JI.

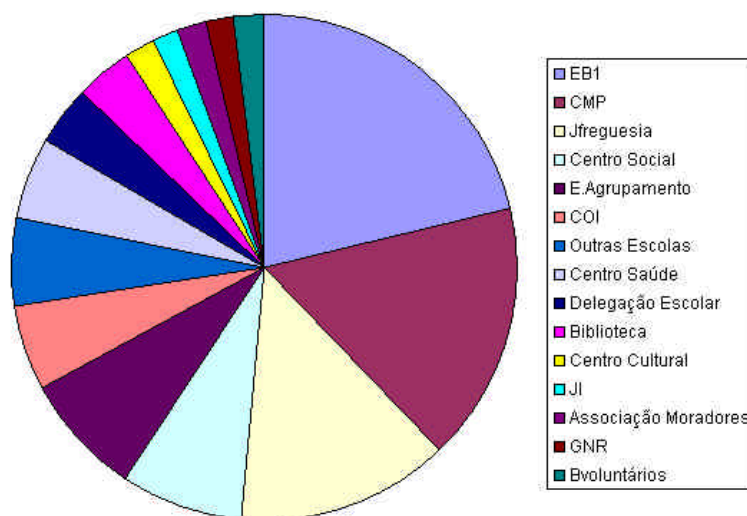
(g) Na sua maioria as crianças que frequentam este nível de ensino são oriundas de uma classe média, média alta havendo no entanto JI que fazem a oferta a populações de baixo rendimento (trabalhadores rurais e sem qualificação específica). Havendo uma preocupação nos JI da heterogeneidade de proveniência das crianças que os frequentam pode referir-se que à partida a oferta pública/ privada, a localização e as condições de funcionamento condicionam à partida a equidade na frequência deste nível de ensino.

(h) Três JI identificam a existência de crianças de outras nacionalidades, PALOP (Guiné, Cabo Verde, Angola), Alemanha, Holandesa, Sul-Africana, Americana e Israelita. Uma unidade educativa identifica uma comunidade cigana (CAPIJ – A árvore). Parece haver uma preocupação na integração destas crianças pelo respeito pela convivência comum, mas não transparece o aproveitamento da situação para a consciencialização da diversidade cultural. Em 30% dos JI é feito o acompanhamento pela Equipe de Apoio Educativo das crianças em que foram identificadas Necessidade Educativas especiais (NEE).

(i) Sobre o papel que desempenha a pré-escolarização das crianças, e a importância de reforço desta componente no concelho 60% das respostas referem a necessidade de aumentar a capacidade de acolhimento, 10% a importância da localização, 5% indicam que não existe sensibilização à frequência do JI, 25 % referem recurso a outras formas tais como famílias, amas, JI clandestinos. As vivências anteriores ao JI passam para a maioria das crianças pelo ambiente familiar ou as amas e só em 1 caso aparece referido a creche.

(j) Os contactos institucionais que o JI privilegia são com as escolas EB1 (58%), seguidos da Câmara (45%), JF (37%). Os contactos com as escolas é para a planificação de actividades conjuntas, articulação do trabalho, troca de ideias, actividades comuns, ATL, saídas a espectáculos. A convivência com outras realidades educativas é considerada muito positiva em 98% dos casos e negativa em 2%. No entanto mesmo no primeiro caso as respostas algumas vezes foram seguidas de dificuldades tais como... se essa partilha for do interesse das famílias e crianças... se não existirem dificuldades de transporte, ... se existir um projecto real, ... se a localização geográfica não for distante.

Gráfico 6: Contactos privilegiados dos JI



(k) Nas instituições que os JI gostariam de contactar e por ordem decrescente ressaltam as Juntas de Freguesia para intercâmbio de actividades, as colectividades, e só por fim outros JI.

(l) As principais actividades desenvolvidas pelos JI foram:

- Campos/colónia de férias: 16% dos JI;
- formação jovens e adultos: 5%;
- projectos de envolvimento da comunidade: 11%;
- contactos com os pais: 16%;
- visitas de estudo: 25%;
- festas: 25%;
- natação: 5%;
- biblioteca: 5%;
- fantasiarte: 25%.

A informação sobre a participação da comunidade educativa foi diferenciada podendo dizer-se que o seu envolvimento anda muito ligado a questões de relacionamentos inter-pessoais, que nos levam a admitir que não funciona biunivocamente, isto é a CE quando solicitada é na maioria das vezes participativa.

(m) Quanto à participação dos pais ou EE, 52% dos JI consideraram-nos não-participativos ou com falta de motivação, 42% consideraram que só participam quando solicitados e 6% consideraram-nos com uma participação activa.

(n) Os JI são geridos na sua maioria por corpos colectivos, Corpos Sociais e/ou Direcção Coordenação Pedagógica, órgão de gestão do Agrupamento. Não tendo preparação específica para a gestão apresentam uma formação pedagógica adequada (Educadoras de Infância, outras similares).

As decisões pedagógicas são geralmente assumidas pelo órgão directivo após consulta e em alguns casos pela directora. As respostas indiciam que na vertente pedagógica existe alguma colegialidade e consulta, o mesmo não acontecendo nas decisões administrativo financeiras que passam pela direcção, Conselho Consultivo, Comissão Executiva, Assembleia Geral.

(o) As questões que os JI gostariam de ver tratadas e discutidas foram aglomeradas em dois grandes grupos. No primeiro estão as preocupações sobre a formação continua dos educadores, do pessoal de apoio, da melhoria dos recursos materiais, do desenvolvimento dos ATL; no segundo estão as preocupações sobre a subsidearidade, sobre as parcerias, sobre as políticas educativas para o concelho,

sobre o trabalho em rede interinstitucional, sobre a abertura institucional à comunidade e as dinâmicas participativas.

Segundo a Câmara o número de salas destinadas ao atendimento à primeira infância (0 aos 3 anos) e à

Primeiro Ciclo do Ensino Básico

O distrito de Setúbal em 1997 possuía 29 % das escolas EB1 com um ou dois professores (média do continente é de 57%) . Porto e Setúbal eram os únicos distritos onde a média se situava abaixo de 30 %.

- Rede pública: 33 escolas, sendo 21 em zonas urbanas e destas 7 de lugar único.
- Rede particular: 2 escolas

No concelho de Palmela o número de alunos, matriculados no 1º ciclo do EB e desde 96/97 até 2000/2001 foi de 2130, 2144, 2170, 2253, 2215 e o número de docentes para os mesmos anos foi de 126, 143, 158, 159, 157. Isto significa um rácio número de alunos por docente de 17,15,14,14,14. O número de alunos ao longo destes anos cresceu em média de 17 por ano, ao passo que os docentes cresceu em média de 6 por ano.

No estudo por freguesia podemos ver que o número de alunos ou decresce ou tem um crescimento moderado excepto na Quinta do Anjo onde a situação de crescimento é mais acentuada.

A comparação destes dados com a população por idades por freguesia (previsões) permite concluir pela existência de uma cobertura total da população em idade de frequentar este nível de ensino.

Segundo a leitura interpretativa do real resultante das respostas ao questionário às escolas deste nível de ensino:

(a) O tipo de construção é maioritariamente dos Planos Centenários (67%), há depois uma construção caracterizada por “outro” e ainda há referência Pré-Fabricados estando um renovado. Predomina o edifício único 80% e só uma escola tem 3 edifícios.

(b) Predomina a escola com 2 salas de aula (58%) seguida da escola com 1 sala (11%), com 4 salas (8%), com 3 salas (7%) e com 6,7,8 salas (5% cada). Não foram referidas salas devolutas.

No que respeita à existência de outro tipo de salas a situação das respostas foi de: 30% das escolas afirmaram possuir 1 ou 2 salas específicas, 20% afirmaram ter salas de recursos, 30% afirmaram possuir ludoteca /biblioteca.

(c) Relativamente aos espaços lúdicos, todas possuem recreio exterior, 33% das escolas possuem recreio coberto e 10% possuem pavilhão. 20% das escolas possuem cantina, 6% utilizam a cantina de outra escola e 2% de uma instituição próxima. O número médio de refeições diárias é de 981 o que significa que 44% dos alunos utilizam um espaço próprio ou outro para este efeito. As hipóteses de solução que as escolas encontram para a concretização da refeição do almoço passa em 30% dos casos pela criação do espaço físico apropriado ou obras, em 7% pela colocação de pessoal auxiliar, em 7% pela confecção e distribuição por instituições, em 7% pelo auxílio e transporte da Câmara e só em 3% dos casos é que é colocada a hipótese da utilização da escola próxima.

(d) O regime de funcionamento é em 40% das escolas o NORMAL, em 34 % o DUPLO e em 26% o MISTO (N+D). As justificações dadas para a escolha do regime não aparecem motivadas pelas questões de ordem pedagógica mas sim, pelas exigências legais (nº de salas, nº professores, nº de alunos, pela ocupação do espaço por outro nível de ensino, tal como EBM). Em 63% dos casos, e para esta questão específica da escolha do horário de funcionamento, a comunidade foi ouvida. Só em 15% dos casos é que esteve em desacordo porque a escola ficava longe e o horário era incompatível com os horários de trabalho dos pais e outro porque a escola não tinha condições

(e) A questão do enquadramento populacional permitiu de algum modo compreender as dinâmicas atractivas de dois pólos populacionais, Pinhal Novo e Palmela (73% das escolas referiam-nos como a freguesia ou lugar mais próximo). Há assimetrias na colocação das escolas que provavelmente têm originado a desertificação de uma grande maioria de zonas e a concentração só em duas delas.

(f) Com o pedido da enumeração por parte das escolas das instituições mais próximas, num raio de 3 km, pretendeu-se perceber a localização do estabelecimento de ensino face ao aglomerado populacional em que está inserida e perceber se existem situações de falta de qualidade ambiental ou social (salas de jogos, lixeiras, passagens de nível, auto-estradas, etc). No entanto apercebemo-nos ainda que quanto aos edifícios escolares na maioria dos casos estes situam-se num raio superior a 10 Km, o que leva a equacionar o problema do isolamento de docentes e sobretudo de alunos, numa fase da escolarização em que a socialização é um dos pilares essenciais do seu desenvolvimento.

(g) No item que se referia às acessibilidades físicas e a utilização de eventuais circuitos de transportes escolares a situação encontrada foi:

- Realizam o trajecto a pé, gastando menos de 15 minutos 25% das crianças de 9 escolas, entre 25 e 50% das crianças de 4 escolas entre 50 e 75% das crianças em 3 escolas e entre 75 e 100% das crianças em 8 escolas.
- Os meios de transporte para as crianças que não realizam o percursos a pé são diversificados:
 - o transporte público (carreira ou comboio) – entre 1 e 5% e num caso 21%
 - o transporte escolar para 63% das escolas, sendo que em 3 destas este meio abrange 80% das crianças
 - o outros meios de transporte como a bicicleta, mota, o táxi, o carro próprio, carrinha de infantário, bombeiros são utilizados pelas crianças que frequentam 75% das escolas.

(h) Das respostas havidas pode inferir-se que os alunos que frequentam maioritariamente cada uma das escolas são da freguesia (proximidade da residência) e quando esta escolha não é realizada teve a ver com o trabalho dos pais em 10% casos e em 3% de cada um destes casos: o facto do infantário anexo servir almoço, possibilidade da frequência de ATL, com o currículo da escola e qualidade pedagógica. Anormalmente, a escola EB1 de Batudes indica que só 23% dos alunos são da freguesia.

(i) As escolas que partilham as instalações para além do aspecto da rentabilização de recursos reflectem uma função social e supletiva. Os outros utilizadores das escolas EB1 são 10 JI, 3 EBM, 7 Ensino Recorrente, 7 Apoio à Autarquia. Em 8 outros casos são a Associação de Moradores para reuniões outro como cedência espaço (1 caso), a Pais (3), Catequese/ Centro Paroquial (3).

(j) Nas opiniões recolhidas pelo questionário em 80 % dos casos as crianças das EB1 tiveram vivência educativas nos JI. (Tendo em conta que a pré-escolarização do concelho em 97 se situava entre os 25% e 50% e que no espaço de 3 anos a evolução embora favorável não era de molde a dar uma cobertura de 80% este dado ou revela má informação por parte dos professores do 1º ciclo ou manifesta pouco cuidado na resposta ao questionário)

(k) Só 23 % das respostas referem a organização de soluções para a permanência dos alunos nos espaços escolares, o que significa que após as aulas os alunos não têm da parte da escola qualquer apoio suplementar. As razões para esta situação são a falta de espaço e de recursos humanos.

(l) Em 63 % das escolas esta é frequentada por crianças de outras nacionalidades ou etnias (cigana e cabo verdiana 51%, angolana, moçambicana 31%, ucraniana, guineense, francesa 10%).

A sua integração é diversa e passa pela realização de trabalhos que englobem as turmas com esses alunos, valorizando as suas culturas, respeitando os seus hábitos, procurando a partilha e troca de saberes, colocando-os em turmas que facilitem a sua integração, praticando a multiculturalidade, integrando esta realidade no Projecto Educativo.

(m) Em 23% das respostas é referida a percepção por parte da escola da fuga à escolaridade, interpretando-a como proveniente de situações de alunos em risco (problemas familiares, outros, sócio-económicos), como sendo casos pontuais, que a escola entrega à Comissão da Protecção da Criança. Só em dois dos caso a situação é referida como preocupante.

Em 30% dos casos é constatada a situação de abandono, sobretudo no meio rural onde as famílias não valorizam a ida à escola, e na faixa etária dos alunos que atingem os 15 anos.

(n) O atendimento a crianças com NEE aparece referido em 87% dos casos. A intervenção a este nível é apontada como estando centrada na ECAE (4 caso), na intervenção do professor de apoio (3 casos), apoio na sala de aula (2 casos) passando nos restantes casos pela planificação das actividades na escola, sessões

de trabalho e reuniões com vários intervenientes, adaptações curriculares, encaminhamento para Psicólogo, Em 2 casos são referidos recursos insuficientes e dificuldades na prestação do apoio.

Os recursos humanos envolvidos são na maioria dos casos os professores de apoio, depois os professores da escola e pontualmente os pais ou EE / psicólogo ou especialista (terapeuta da fala). As principais instituições envolvidas são as Escolas, ECAE, CM, Junta Freguesia.

(o) No que respeita ao pessoal docente em 60% das respostas apontaram para uma radicação destes ao concelho e uma elevada percentagem com permanência na escola há mais de 3 anos.

(p) As escolas EB1 estabelecem os seus contactos em 1º lugar com a JF (87%) dos casos, a CM (80%), Centro de Saúde (33%), Biblioteca (23%), GNR, Bombeiros, Piscina, COI, Centro Protecção de Menores (13%), outras escolas (JF/EB1/Agrupamento). Aparecem sem expressão os contactos com o Centro Paroquial, a Delegação Escolar, o Centro Social, as Colectividades.

São formulados desejos de continuar e aprofundar os contactos havidos e expectativas para novos contactos, em 23% dos casos passando estes pelo Centro de Saúde (necessidades específicas dos alunos), outras escolas do 1º ciclo para articulação, associações de jovens, colectividades para criar parcerias.

(q) As actividades mais referidas são as festas, depois as visitas de estudo e desenvolvimento do PE seguidas das idas à praia, Jornal escolar, feira do livro, grupo gigantes, fantasiarte, desfiles, festas EE, ateliers de trabalho, projecto com a piscina, criação de ATL, reuniões e acções de sensibilização, colóquios e exposições, formação, transportes, almoços de convívio. Nestas actividades em 85% dos casos há participação da Comunidade Educativa que participa com interesse mas só quando é solicitada. Só num caso é que se aponta dificuldades de participação por parte da CE.

(r) Em 76 % dos casos foi referido que a Associação de Pais (AP) têm um papel pouco interveniente (participa nas actividades que têm a ver com o percurso escolar dos filhos), em 3% dos casos foi caracterizada a sua intervenção como negativa e em 21% dos casos como activa.

(s) Em 87% dos casos as escolas mais próximas que são contactadas habitualmente são as EB1 e os motivos são: inseridos no mesmo Conselho Escolar e terem o mesmo Projecto Educativo, a articulação de serviços e recursos e troca de informações com os colegas no caso dos agrupamentos, festas e visitas de estudo e em casos de transição de ciclo e os pedidos de transferência.

(t) A convivência com outras realidades é encarada como aspecto positivo mas são reflectidos aspectos materiais limitativos como: os equipamentos, os espaços, os transportes de alunos e a professores não ser viável. Foi dada grande ênfase ao contacto com escolas do mesmo ciclo, colocando-se a tónica essencial “desde que haja vontade dos docentes”. É referido como uma realidade já conseguida no caso do agrupamento.

(u) A Estrutura organizativa enquadrada pelos diplomas legais reflecte uma gestão unipessoal e deste modo a gestão administrativa e financeira está na maioria dos casos a cargo de um só elemento (director ou vice director). A gestão pedagógica na maioria dos casos passa por uma estrutura colectiva o C. Escolar. Noutros casos cabe à directora.

(v) Nas sugestões das problemáticas a serem abordadas foram apontadas 18 de grande importância (nível 5), 17 nível 4, 14 nível 3, 8 nível 2 e 5 nível 1.

Foram seleccionados os mais frequentes de cada nível

- Elevação do nível de escolaridade dos pais e encarregados de educação
- Aumento do número de auxiliares de acção educativa e sua formação
- Meios de segurança nas escolas
- Falta de espaços, a necessidade de criação de Ateliers, salas de estudo acompanhado, criação de Atendimento dos Tempos Livres (ATL)
- Repensar as escolas de lugar único no que diz respeito ao isolamento dos docentes e às oportunidades de socialização das crianças
- Recolha da opinião sobre os espaços dos novos edifícios
- Equacionar a ausência de espaços para a prática da Educação Física e o apetrechamento com material desportivo

- Seminário sobre Educação e Saúde e a problemática da saúde das crianças
- Problemática das A. Pais e como as tornar activas
- Recursos físicos (mobiliário) e equipamento pedagógico
- Equacionar o intercâmbio desportivo
- Formação dos docentes, a falta de pessoal docente e as questões da sua mobilidade, o nº ideal de prof/aluno por escola
- Cantinas, refeitórios e seguranças das crianças na hora do almoço
- Conhecer como as crianças ocupam os seus tempos livres
- Acompanhamento e formação nas questões administrativas e financeiras, a acumulação de tarefas pedagógicas com estas. A falta de autonomia financeira, a necessidade de um acréscimo de verbas. A necessidade de assistência técnica.
- A problemática da rede pré-escolar para toda a população
- A problemática do apoio às crianças com Necessidades Educativas Especiais.

Importa ainda referir, a propósito deste nível de ensino, alguns aspectos relacionados com os equipamentos educativos.

- Torna-se imperativo que o apetrechamento das instituições educativas com espaços adequados para a prática gímnica e desportiva (incluindo a dança, apatinagem e a natação) seja considerado como prioridade no plano da modernização do sistema educativo.
- O obsolescência ou a insuficiência de equipamentos destinados à pratica da Educação Física ou do desporto, com especial incidência nas escolas EB1, tem constituído uma constante e justa fonte de reivindicações por parte dos responsáveis pela direcção das escolas, dos docentes e dos organismos seus representantes que, justamente, consideram a inexistência de tais recursos factor condicionante da qualidade educativa, já que inviabiliza a possibilidade de proporcionar a todos os alunos uma vivência escolar global e, por isso, verdadeiramente educativa.
- Neste contexto torna-se importante criar condições, ao nível de espaços e equipamentos, que possibilitem a concretização educação físico-motora de forma a permitir às crianças que frequentam os estabelecimentos de educação e de ensino o acesso a uma actividade física educativa com carácter regular e sistemático.
- No equacionamento de uma política desportiva para este nível de ensino será necessário ter também em conta a distribuição geográfica de outros equipamentos desportivos , assim como o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal assim como a eventual actividade realizada por colectividades, associações e clubes da região, aspectos não consignados neste documento.

Ensino Básico Mediatizado

A leccionação do 2º ciclo do EB é também assegurada pelo Ensino Mediatizado que neste concelho até ao ano de 1999/2000 mantinha ainda em funcionamento 5 postos. Funciona em instalações devolutas de EB1 com excepção da EBM do Poceirão localizados que utiliza pavilhões pré-fabricados implantados no logradouro da EB1 de Poceirão nº1.

Localizavam-se 3 na freguesia de Poceirão, 1 na freguesia da Marateca e 1 na freguesia de Palmela. Em 1999/2000 foi encerrado o posto da Aldeia Nova de Aroeira.

De ressaltar, ainda, que a opção que os alunos fazem pelo EBM suscita uma condicionante em termos de prosseguimento de estudos já que não podem escolher outra língua estrangeira para aprender que não seja o Francês. Acresce, que as orientações curriculares para o 2º ciclo prevêem a aprendizagem dos alunos em áreas experimentais, as quais não podem ser concretizadas em espaços escolares que, muitas vezes, nem condições têm para serem escolas do 1º ciclo.

Para terminar a análise deste nível de ensino, algumas realidades que o questionário lançado colocou:

- (a) As escolas partilham espaços com as EB1, têm um regime de funcionamento que tem de se ajustar com o 1º ciclo básico.
- (b) Em alguns dos casos os alunos vêm maioritariamente fora da freguesia, e as EBM dão resposta a alunos das freguesias mais carenciadas, a alunos com atrasos na escolaridade (por exemplo, numa EBM 25% dos alunos tinham entre 10 e 11 anos, 55% tinham entre 12 e 13 anos e 20% mais de 13 anos). Tem uma frequência majoritária de rapazes, a continuidade de estudos é só pontualmente encarada.
- (c) Vivem as carências de funcionários que decorrem da sua situação de “hóspedes” das EB1, pedagogicamente dependem do “Orientador Pedagógico da Zona” e financeiramente sobrevive das verbas atribuídas pela Câmara Municipal e algumas verbas atribuídas à própria EBM.
- (d) Não possui os recursos pedagógicos adequados ao desenvolvimento do currículo do 2º ciclo do EB. Não escapa à realidade de ter professores que apoiam os alunos com NEE. Os professores em número diminuto são polyvalentes na leccionação das diferentes disciplinas do currículo.

Segundo e Terceiro Ciclos do Ensino Básico

Segundo Ciclo

O 2º ciclo do EB é assegurado na região de Palmela por duas escolas básicas públicas, uma em Palmela e outra em Pinhal Novo e uma instituição do ensino particular e cooperativo e ainda pelas escolas do Ensino Básico Mediatizado (será tratado adiante). O número de docentes no ensino público e privado, desde 96/97 até 2000/2001, foi respectivamente de 125, 131,113,120,132. O número de alunos para os mesmos anos foi respectivamente de 1073, 1109, 1024, 1000, 1002 notando-se um decréscimo. O número de turmas para os mesmos anos foi respectivamente de 45, 46, 42,42,43.

Terceiro Ciclo

A oferta do 3º ciclo do EB é realizada nas escolas EB2/3 de Palmela e Pinhal Novo e nas escolas ES/3 de Palmela e Pinhal Novo, podendo afirmar-se que só existe este nível de ensino nas duas principais freguesias urbanas do concelho.

O número de alunos desde 96/97 até 2000/01, respectivamente registou os seguintes valores: 1602, 1641, 1579, 1467, 1387. O número de turmas, respectivamente aos mesmos anos foi de: 71, 69, 65, 60, 58 e o número de docentes (de atender que em duas escolas há ensino secundário) foi de 285, 179, 169, 169, 183. Há um decréscimo no número de alunos que foi acompanhado por um decréscimo do número de turmas e que no ano 2000/01 e relativamente ao professores teve um comportamento inverso (um crescimento).

Todas as escolas incluindo a única de ensino particular responderam ao questionário:

- (a) As escolas públicas só propiciam o regime de funcionamento duplo aos alunos do 2º e 3º ciclos, imposto pelas questões de capacidade de ocupação ou convivência com outros níveis de ensino. A comunidade educativa não é ouvida e é referido como aspecto negativo desta situação o facto dos alunos terem de se levantar muito cedo e alguns deles passarem fora de casa mais de 12 horas. Acrescentam ainda dificuldades de resposta dos transportes, quer em demora no percurso, quer ainda nos tempos de espera e ainda da falta de perfil de alguns motoristas.
- (b) As escolas que têm o 2º ciclo dão cobertura a toda a população escolar que transita das escolas EB1. No caso do 2º para o 3º ciclo uma boa parte dos alunos transita para a escola secundária local embora hajam resistências da comunidade educativa (pais e docentes) que não têm sido suficientes para alterar as determinações da rede escolar. Numa escola em 2001/2002 das 9 turmas que cumpriram o 2º ciclo só 1 é que restou na escola. No caso de St Peter's a continuidade é assegurada aos alunos, quer na passagem do 1º para o 2º quer deste para o 3º.

(c) Também no caso a sua abrangência territorial é maior que as escolas públicas, atendendo ao estrato social que as procura e às possibilidades de oferta em boas condições de transportes (dispõe de 7 percursos escolares), e ainda o facto da maioria dos alunos ser transportado em carro familiar.

(d) Sobre as questões da fuga à escolaridade, é um fenómeno que as diferentes escolas públicas percebem mas só num caso foram apresentados valores (para 2000/2001 anda pela ordem no 2º ciclo de 1,4% e no 3º ciclo 4,6%).

(e) A percepção e a resposta aos alunos com NEE ou ainda de outras culturas é um dado assente, mas as respostas foram diversas. Há as que referem dificuldades de comunicação com alguns elementos da Comunidade Educativa até às que referem um envolvimento e participação em projectos, parcerias, partilha de recursos, experiências etc.

(f) A estabilidade do pessoal docente o seu empenhamento, e o envolvimento nas dinâmicas participativas foram aspectos apontados como os sucessos das boas práticas seguidas. De ressaltar ainda que a avaliação interna e até a externa foram aspectos considerados como essenciais para uma resposta de qualidade de uma escola.

(g) Como aspectos negativos, ou mesmo menos favoráveis foram apontados a falta de espaços, a insuficiência de AAE, a resistência à mudança de alguns sectores da comunidade educativa, o deficiente relacionamento interpessoal

Ensino Secundário (Geral e Tecnológico)

Tal como no 3º ciclo só nas freguesias urbanas de Palmela e Pinhal Novo é que existe a oferta de ensino secundário. Esta oferta está centrada em duas escolas públicas, a ES/3 de Pinhal Novo e a ES/3 de Palmela.

O número de alunos desde 96/97 até 2000/01 que frequentaram este nível de ensino foi de 1260, 1483, 1431, 1391, 1254 e o número de turmas desagregado em 10º, 11º e 12º anos e para os mesmos anos foi respectivamente de: (24+16+13), (24+17+14), (21+16+16), (18+18+14), (20+14+13). Há um decréscimo de alunos atingindo o seu valor mais baixo em 00/01 e aquele é acompanhado pelo decréscimo do número de turmas. No entanto é de ressaltar as diferenças entre o número de turmas à entrada (10º ano) e aquelas que existem no fim do ciclo (12º ano).

Em 1999/2000 a procura de cursos da oferta possível das duas escolas secundárias era a seguinte:

Tabela 10: Cursos e Ofertas possíveis

Escola 1999/2000	alunos	Cursos
ES Pinhal Novo	573	CSPOPE (prosseguimento estudos)
	87	CSPOVA (Tec. de Informática)
	47	CSPOVA (Tec. de Administração)
TOTAL	707	
ES Palmela	490	CSPOPE (prosseguimento estudos)
	80	CSPOVA (Tec. de Informática)
	47	CSPOVA (Tec. de Administração)
	64	CSPOVA (Tec. de Comunicação)
	681	

Fonte: ME/DREL

Nota: 1) C.S.P.O.P.E - Cursos Secundários Predominantemente Orientados para o Prosseguimento de Estudos 2) C.S.P.P.V.A. - Cursos Secundários Predominantemente Orientados para a Vida Activa

Para 2000/2001 a oferta da rede de cursos era exactamente a mesma excepto no caso do curso Tecnológico de Comunicação. A oferta centra-se nos 1º, 2º, 3º e 4º agrupamentos e sobretudo nos cursos do prosseguimento de estudos. No 1º agrupamento é oferecido nas duas escolas o Tecnológico de Informática, no 2º não se faz qualquer oferta do curso tecnológico, no 3º ambas as escolas facultam o Tecnológico de Administração e uma delas ainda o de Comunicação.

Perante uma oferta tão limitada de escolhas de percursos escolares as aspirações da população do concelho de Palmela ou não são resolvidas ou são-no deslocando-se para as escolas dos concelhos vizinhos.

O decréscimo da população que frequenta os diferentes níveis de ensino 2º/3º/secundário não se tem, no entanto reflectido nas taxas de ocupação das respectivas escolas. Verificamos pois que nos anos de 99/2000 e 2000/01 as taxas de ocupação indiciavam a falta de espaço, excepto no caso da escola secundária de Palmela.

As escolas pretendem dar respostas educativas às situações de insucesso escolar, absentismo, abandono e exclusão social. Como o cumprimento da escolaridade obrigatória anda associada à aquisição de uma formação qualificante de nível II, a oferta é realizada através das seguintes opções:

- Os Cursos de Educação e Formação criados em escolas EB3 são da responsabilidade da escola em articulação com outras entidades (Instituto Emprego e Formação Profissional). Não tivemos conhecimento da dinâmica de criação destes cursos em nenhuma escola do concelho de Palmela.
- O Currículos Alternativos como forma de proporcionar aos alunos uma primeira aproximação a áreas de formação pré-profissionais e como forma de transição para a vida activa funcionam na EB23 de Palmela e na ES/3 de Pinhal Novo.
- Educação e Formação Profissional Inicial – cumprimento da escolaridade obrigatória e obtenção de um certificado profissional de nível II - funciona com o curso de OPERADOR de INFORMÁTICA -ES Pinhal Novo e também com o curso de OPERADOR AGRÍCOLA de VITIVINICULTURA – ES Palmela
- Cursos do Programa 15/18, que visam assegurar a conclusão, com sucesso, da escolaridade obrigatória. funciona com o curso ANIMADOR em CONTEXTO LOCAL (fase 2) – ES Palmela

Num questionário à comunidade educativa com vista à elaboração do PE foram identificados os problemas mais prementes seguintes:

- espaço físico da escola (aspecto exterior, recursos materiais e limpeza)
- valorização profissional do pessoal docente e não docente
- ausência ou escassez das actividades extra –curriculares
- segurança
- insuficiente informação e sua divulgação
- métodos de estudo inexistentes ou insuficientes

Para terminar este ponto façamos um sobrevoo sobre os inquéritos lançados às escolas deste nível de ensino.

- De uma forma geral a gestão e a gestão intermédia são considerados pelas duas escolas como pontos fortes do seu funcionamento. O envolvimento da autarquia e o seu apoio, as diferentes formas de intervenção do Núcleo de Apoios Educativos e do Projecto Transitar para minorar os aspectos de fuga e abandono escolar são ainda aspectos positivos que foram referidos.
- O apoio, a colaboração e participação dos Pais e EE considerado um aspecto importante não teve ainda uma expressão notória. Uma das escolas refere o empenhamento na sua criação.
- A participação das empresas, o conhecimento das perspectivas do mundo do trabalho na região escapam ao conhecimento da escola. As escolas abertas e disponíveis para a troca de experiências e para o partenariado conhecem que o avanço em novas direcções curriculares e na experimentação pedagógica está condicionada superiormente com excepção dos cursos que assentam em currículos alternativos.

- São expressas vontades de parcerias com o ensino superior e as empresas, de uma maior articulação das actividades da escola com o meio exterior. Uma das escolas faz referência aos espaços degradados, espaços em construção, adequabilidade de espaços (sobretudo para os alunos).
- Os percursos educativos dos alunos e as suas escolhas, aspecto importante que interessava conjugar com os SPO não obteve resposta que permita inferir que influências estão presentes nas suas escolhas e as razões objectivas de uma falta de sucesso tão elevado no 10 ano de escolaridade. Uma das escolas refere que a escolha por parte dos alunos está por ordem decrescente da influência “as expectativas profissionais”, “a influência das estruturas de orientação”, a “influência das famílias”, “influência de colegas e amigos” e só por fim “a influência dos docentes”. A constituição de um observatório do percurso escolar dos alunos ou/ e a sua integração/ participação no projecto já em curso talvez seja uma aposta para a formação/qualificação dos alunos do concelho que se ficam com como única habilitação a escolaridade básica. Para este trabalho era importante a colaboração empenhamento dos alunos do secundário e o desejo da entrada em actividade da A.estudantes de uma das escolas poderá ser um aspecto importante a apostar.
- A resposta das escolas a alterações registadas no tecido produtivo e social é uma questão que se colocam a si próprias como objecto de reflexão.
- A participação responsável e empenhada por todos e a construção de uma vivência local das políticas educativas transparece em vários itens do questionário, a necessidade de conhecer melhor e mais o meio e nele intervir é um a referir na construção das dinâmicas participativas que se sentem em várias estruturas educativas e não só no concelho.

Ensino Profissional Formação de Nível III

Não existe no concelho qualquer oferta deste tipo de ensino.

Os jovens do Concelho de Palmela que optam por este tipo de ensino fazem-no na escola Profissional de Montijo e nas escolas de Setúbal, a Escola Profissional de Setúbal e a Escola Profissional de Bento Jesus Caraça. Todas estas escola oferecem os cursos de nível 3, a primeira com 9 escolhas, a segunda com 14 escolhas e a terceira com 2 escolhas, todos eles em áreas diversificadas.

O nível 3 pode ser oferecido pelas escolas secundárias e das escolas profissionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Reconhecendo a existência de alguma conflitualidade entre estes dois tipos de ofertas é fundamental o conhecimento da oferta de formação de nível 3, através das escolas secundárias, das escolas profissionais do IEFP de uma dada região (concelho) e a sua harmonização é um passo importante para a rentabilização e articulação de recursos, para a procura do desenvolvimento económico e social de uma região.

Nos 9 concelhos da Península de Setúbal é diverso o desenvolvimento das áreas de estudo. Os distritos com mais áreas de estudo são Seixal e Montijo com 9, seguida dos de Almada e Setúbal com 8, Barreiro e Moita com 4, Palmela com 3, Sesimbra com 2 e Alcochete com 1. Dentro destas áreas existem as ofertas da formação profissional do ME e do IEFP. O Ministério da Educação faz a oferta de cursos em todos os concelhos O IEFP não faz qualquer oferta no concelho de Alcochete, Palmela e Sesimbra.

Recorde-se:

“A aplicação de forma territorializada das políticas de emprego e formação está na origem da criação das Redes Regionais para o emprego, processo iniciado em 1998... RR corporizam um modelo de intervenção que visa aproveitar todos os recursos e potencialidades de cada região, estimulando o trabalho em parceria e fomentando acções concertadas para o desenvolvimento local, para o fomento do emprego e da qualificação profissional...” (Folha Informativa do MSE nº13 - Dezembro 2000).

Estamos a referir-nos a uma rede de formação de nível III que faça a oferta de formação que possibilite o acesso ao ensino superior ou a aquisição de um diploma profissionalizante e que articule a oferta de formação nas escolas secundárias, nas escolas profissionais, no IEFP e noutras instituições formadoras acreditadas.

Ensino Superior

Não existe qualquer instituição de ensino superior (Politécnico ou Universitário) Público ou Privado no Concelho de Palmela.

A CMP e a Universidade Lusófona realizaram um protocolo no qual aquela universidade, com instalações cedidas pela autarquia (Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago da Câmara Municipal) lecciona em Palmela um Curso de Pós-Graduação em Ordens Militares. No entanto este curso é da responsabilidade pedagógica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Conhecem-se diligências recentes de duas colectividades para a instalação do Conservatório de Música. A concretizar-se esta questão, que faz sentido se concretizada com qualidade e rigor, vem colocar aos restantes níveis de ensino um ajustamento curricular adequado – o ensino articulado da música.

As potencialidades locais são diversas e a aposta numa rede de formação de nível IV (Cursos de Especialização Tecnológica – 3+1) talvez sejam uma das vertentes a iniciar.

Articulação entre níveis de ensino

A Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece como princípio geral a sequencialidade e articulação dos três ciclos do ensino básico, conferindo a cada ciclo a missão de complementaridade e alargamento do ciclo anterior, no sentido de uma unidade global na formação básica dos jovens e com o objectivo do cumprimento efectivo da escolaridade obrigatória.

Veja-se a situação:

Tabela 11: Taxas de Produtividade do Sistema de 1996 a 1999 no Concelho

	96/97			
Ano escolaridade	Alunos Matriculados	% Abandono	% Retenção	% Sucesso
5º	529	1,5	9,1	89,4
6º	566	1,1	11,3	87,6
Total	1095	1,3	10,2	88,4
7º	602	2,0	13,3	84,7
8º	536	5,2	8,6	86,2
9º	460	2,6	12,4	85
Total	1598	3,2	11,5	85,3
10º CSPP	444	24,8	25,7	49,5
11º	253	17,4	21,3	61,3
12º	176	3,4	46,0	50,6
Total	873	18,3	28,5	53,2
10º CSPV	210	33,3	28,6	38,1
11º	86	26,7	30,2	43
12º	47	2,1	36,2	61,7

Total	343	27,4	30,0	42,6
-------	-----	------	------	------

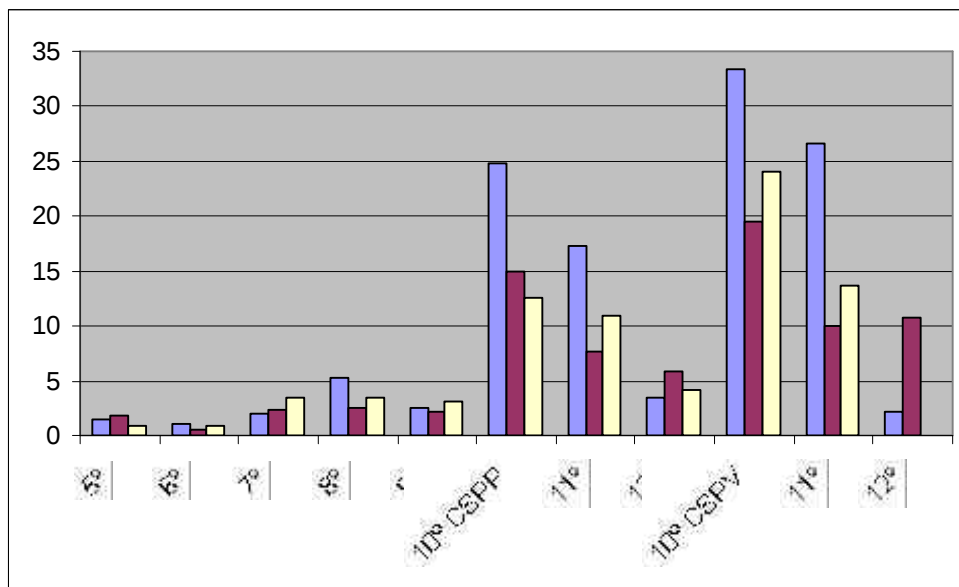
	97/98			
Ano escolaridade	Alunos Matriculados	% Abandono	% Retenção	% Sucesso
5º	506	1,8	18,8	79,4
6º	549	0,5	12,6	86,9
Total	1055	1,2	15,5	83,3
7º	530	2,3	19,8	77,9
8º	565	2,5	14,3	83,2
9º	496	2,2	15,5	82,3
Total	1591	2,3	16,5	2,3
10º CSPP	427	15	31,4	53,6
11º	290	7,6	14,1	78,3
12º	240	5,8	52,1	42,1
Total	957	10,4	31,3	58,2
10º CSPV	128	19,5	42,2	38,3
11º	110	10,0	21,8	68,2
12º	75	10,7	29,3	60,0
Total	313	14,1	31,9	54,0

	98/99			
Ano escolaridade	Alunos Matriculados	% Abandono	% Retenção	% Sucesso
5º	529	0,9	16,1	83,0
6º	460	0,9	14,1	85,0
Total	989	0,9	15,1	84,0
7º	607	3,5	14,5	82,0
8º	438	3,4	14,6	82,0
9º	551	3,1	15,6	81,3
Total	1596	3,3	14,9	81,8
10º CSPP	390	12,6	23,8	63,6
11º	309	11	10,4	78,6
12º	285	4,2	36,5	59,3
Total	984	9,7	23,3	67,1
10º CSPV	154	24	31,2	44,8
11º	66	13,6	28,8	57,6
12º	82	0,0	46,3	53,7

Total	302	15,2	34,8	50,0
-------	-----	------	------	------

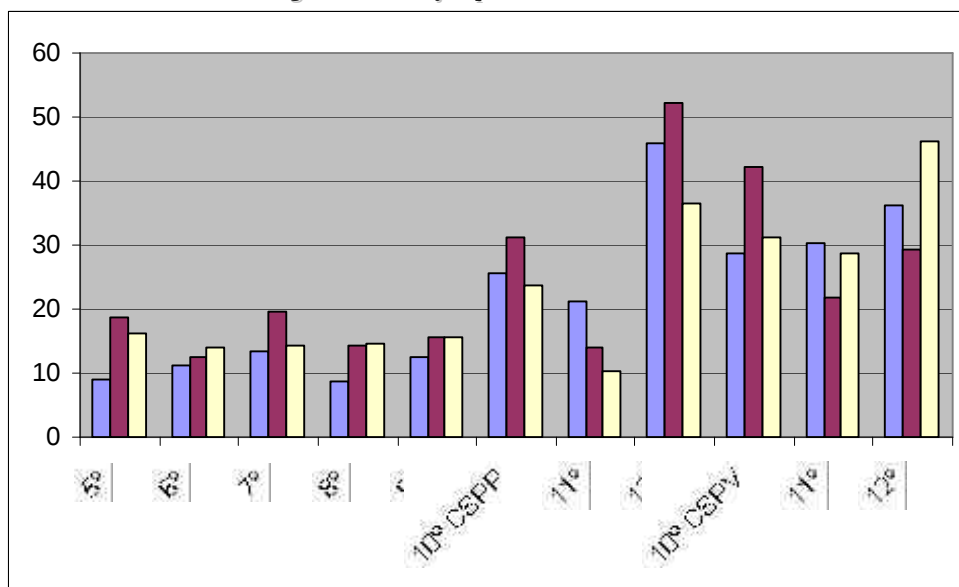
Fonte: ME/DAPP

Gráfico 7: Percentagens de abandono por anos de escolaridade e anos lectivos



Observação: azul, castanho e amarelo referem-se aos anos lectivos de 96/97, 97/98, 98/99

Gráfico 8: Percentagens de retenção por anos de escolaridade e anos lectivos



Observação: azul, castanho e amarelo referem-se aos anos lectivos de 96/97, 97/98, 98/99

Os dados são concludentes sobre a importância do abandono e da retenção, sobretudo no ensino secundário.

Mobilidade dos alunos dentro e para fora do concelho

A mobilidade dos alunos das freguesias do concelho de Palmela e por anos de escolaridade referente ao ano de 2000 (em grande medida reproduzido actualmente) apresenta, grosso modo, as seguintes características:

A mobilidade dos alunos no interior do concelho reveste as seguintes características:

- a mobilidade é grande no interior das freguesias de Palmela e Pinhal Novo
- as freguesias da Quinta do Anjo tem como polo atractivo Palmela
- a freguesia de Poceirão é atraída para Palmela e Pinhal Novo.
- a freguesia da Marateca não tem expressão a sua mobilidade dentro do concelho de Palmela

Duma forma geral a mobilidade dos alunos para concelhos vizinhos verifica-se em todas as freguesias com grande destaque para as da Marateca e Palmela. Os concelhos vizinhos que são de atracção são os de Setúbal, Montijo, Vendas Novas, Barreiro, Moita e Lisboa.

A mobilidade verifica-se em todos os níveis de ensino desde o 5º ano de escolaridade, mas é mais incidente no secundário.

A mobilidade no interior do concelho representa 42,6% do total isto é há mais estudantes a saírem para fora do concelho para estudar que a deslocarem – no interior do concelho

Veja-se mais em pormenor as deslocações no interior do concelho actualmente. Têm as seguintes características.

Há deslocações de alunos para as EB1 sobretudo nas freguesias do Poceirão e Marateca embora existam casos pontuais nas freguesias de Pinhal Novo e Palmela. Pode dizer-se, que 64 % das crianças que utilizam os transportes facultados pela câmara (Carrinha, táxi ou autocarro) frequentam as escolas EB1 Aroeira, Lagoa do Calvo, Cajados, Águas de Moura, Poceirão representando estas 42% do conjunto das escolas cujos alunos usufruem deste tipo de transporte.

Tabela 12: Tempos de deslocação dos alunos (interior do concelho)

carrinha, táxi, autocarro	Freguesia	EB1 "N. Aroeira	EB1 Lagoa Calvo	EB1 Cajados	EB1 Águas Moura nº1	EB1 Águas Moura nº2	EB1 Poceirão nº1	EB1 Fominho	EB1 Palmela nº2	EB1 Algeruz Lau	EB1 Brejos Assa nº2	EB1 Aires nº1	EB1 Aires nº2	EB1 Lagameças	EB1 Pinhal Novo nº2	EBM Lagoa Calvo	EBM Águas Moura	EBM Poceirão	EBM Algeruz	EB23 Pinhal Novo
Passarinhas	Poceirão	5																		
Carrasqueira	Poceirão	2																		
Aldeia Nova Aroeira	Poceirão	2														2				
Faias	Poceirão	1																		
Lagoa Calvo	Poceirão		10																	
Loja Nova	Poceirão		1																	
Estrada Poceirão	Poceirão		2																	
Asseisseira	Poceirão		4													1		1		
R.9Março(Cajados)	Marateca			13																
Zambujal	Marateca				7															
Estação Água Moura	Marateca				1															

Aigualva de Cima	Marateca					1	8											4		
Estrada Lagameças	Poceirão						1													
Estrada Lagoa Calvo	Poceirão						1													
Monte Feijoeira Velha	Poceirão						1													
Brejos Poço	Poceirão						5											3		
Forninho	Poceirão							6								1		2		
Bairro Euclides									1											
Bairro S. Julião									1											
Volta da Pedra	P.Novo								1				1							
Aceiro Ant. Pelicho										3										
Monte Simoes											1									
Lau	Palmela											2								
Algeruz (Monte V.Gr.												1							1	1
Baixa de Palmela	Palmela												2							
Miraventos (Cubata)	Palmela												1							
Estrada das Serralheiras														2						
Lagameças	Poceirão													8				1		
Lagoa da Palha	P. Novo														1					
Pinhal Novo	P.Novo														3					
Venda Alcaide	P. Novo														1					
Lagoa do Calvo	Poceirão															2				
Herdade Zambujal	Marateca																1			
Bairro Margaça	Marateca																	8		
Cajados	Palmela																		1	1
Batudes	Palmela																			1
Penteado	Palmela																			1
Total		10	17	13	8	1	16	6	3	3	4	3	3	8	5	6	9	11	2	4

Segmentos especiais

Após a análise do sistema de ensino por níveis, sendo ainda nessa base de classificação que se procedeu à observação das deslocações, vamos proceder à observação de alguns aspectos específicos do ensino.

Apoios Educativos e Necessidades Educativas Especiais (NEE)

Vejamos agora realidade do Concelho:

A ECAE está sediada na escola EB23 de Pinhal Novo e tem um local próprio para trabalhar. O trabalho administrativo é feito pelos próprios o que chega a ocupar mais de metade do tempo:

- abrange todo o concelho, todos os níveis de ensino e sempre que possível as crianças desde os 0 anos (intervenção precoce)
- é composta por 2 elementos ambos especializados em Educação Especial. Coordenam pedagogicamente uma equipe de 56 docentes, sendo 14 Educadoras de Infância, 30 professores do 1º ciclo, 12 professores do 2º/3º e secundário.

- Integram os Serviços Especializados de Apoio Educativo
- Intervenção directa com todos os actores da comunidade educativa
- Não existe coordenação entre os vários serviços e recursos locais que têm o mesmo objectivo de trabalho, “com excepção da Comissão de Protecção de Menores. Existe boa vontade que nos leva a participar ou a trabalhar com o Conselho Local de Educação, o Rendimento Mínimo Garantido, UNIVA’s.
- As acções conjuntas com a Autarquia, com escolas com IEP e outros serviços de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida destes alunos e a sua transição para a vida activa são conseguidos através dos contactos referidos anteriormente e de projectos específicos “ Ser Criança” em parceria com o COI e a CPJMR de Palmela, e o projecto “Transitar “ em conjunto com a RUMO

Serviços de Psicologia e Orientação

No concelho de Setúbal existem 9 escolas com SPO, sendo 8 em ES e um numa escola EB23. Destas 9 escolas 2 estão sediadas em ES do concelho de Palmela.

Ensino recorrente Educação Extra Escolar. Educação e Formação ao longo da vida.

A caracterização do ensino recorrente alunos e cursos desde o ano de 97 /98 até ao ano 2000/2001 é deficiente em virtude de não terem sido disponibilizados dados que possibilitassem a mesma. Parece ter funcionado desde o ano de 97/98 em 5 escolas sendo 2 EB1, 1 EB23 e 2 Secundárias. No ensino secundário é oferecido o curso geral e dois tecnológicos, o de Informática e o de Serviços Técnicos de Contabilidade.

Educação Extra Escolar designa “Toda e qualquer actividade de aprendizagem, empreendida num e com o objectivo de melhorar conhecimentos, aptidões , competências” e “facilitam a permanente actualização de competências, o desenvolvimento de um espírito crítico potenciadores da cidadania activa, reforço da inserção e coesão de uma melhor empregabilidade”.

São importantes a criação de “novas competências básicas para todos”, “mais investimento em RH”, “Inovação no ensino e na aprendizagem”, “Valorizar a aprendizagem”, “Repensar as acções de orientação e de aconselhamento” assim como

“... a prevenção da exclusão social passa por medidas no campo da educação e da formação profissional que assegurem uma correspondência entre os conhecimentos e as competências aí adquiridos e as necessidades dinâmicas do mercado de trabalho, e passa também por uma cultura de aprendizagem ao longo da vida” (Folha informativa do Mercado Social de Emprego nº14 Março 2001).

Pode-se sintetizar da seguinte forma a experiência no concelho:

Tabela 13: Balanço dos Aspectos Positivos e Negativos das Acções

	96/97	97/98	98/99	99/20	20/2001	2001/02
Aspectos Positivos						
Adesão aos cursos sócio-profissionais			x	x	x	x
Apoio logístico da autarquia (transportes/financeiro/outro)	x	x	x	x	x	x
Aumento das solicitações e das parcerias		x	x	x	x	x
Colocação de professores em todos os cursos						x

Disponibilidade dos elementos da equipa	x	x	x	x	x	x
Empenhamento formadores	x	x	x	x	x	x
Empenhamento formandos	x	x	x	x	x	x
Maior dispon. da equipa -dispensados componente lectiva			x	x	x	x
Parcerias-escolas, rádio locais, C Saúde	x	x	x	x	x	x
Parcerias-gab. Defesa consumidor		x	x			
Aspectos Negativos						
Curso 1ºc.ER mais afastados da sede concelhia têm menor freq			x	x	x	x
Dificuldades de transporte formandos Rend.M.			x	x	x	x
Dificuldades divulgação das acções -dispersão/extensão Palmela			x	x	x	x
Encerramento curso- baixa frequência			x	x	x	
Início tardio - falta equipamento informático	x					
Muitas solicitações-dificuldades resposta	x	x				
Pagamento tardio do PRODEP	x					
Actividades desenvolvidas /intervenientes						
Abertura de 1 polo do SEUC no Poceirão			x			
Actividades diversas relativas ao património histórico	x	x	x	x	x	x
Avaliação actividades cursos do Prodep				x		
Certificação dos formandos dos cursos sócio-profissionais						x
Colóquios sobre o Euro - Gabinete apoio ao consumidor			x			x
Convívio - espectáculo musical/jantar	x	x	x	x	x	x
Coordenação actividades - Instituto das Comunidades Educativas					x	x
Coordenação Actividades -Caritas Diocesana de Setúbal					x	
Declamação poemas/espectáculo variedades/ida ao Teatro	x		x		x	x
Encontro inter-cursos				x	x	x
Entrevista formandos ER- RTP1 (Programa Loja do Cidadão)				x		
Exposição trabalhos sócio prof./desfile de moda/ outros	x		x	x	x	x
Festa de Natal /Carnaval	x	x	x	x	x	x
Festas populares/ feiras / outras	x	x	x	x	x	x
Formação / Participação seminário Fac. Psicologia		x	x			
Formação cultural- Projecto "Tecendo as origens por terras Por."				x	x	x
Formação de professores que leccionam ER			x	x	x	
Formação Equipe Concelhia - Políticas de desenvolvimento local						x
Incrementar actividades de lazer, desportivas e culturais						x
Incremento cursos sócio-profissionais			x	x	x	x
Integração docentes E.recorrente (1ºc)	x		x	x	x	x
Jornadas -1ªs Jornadas Educação Adultos -Comunidade	x					
Participação nas reuniões do Conselho Local de Educação					x	x
Prep.actividades com a autarquia -Fórum/ Pacto Ceará/ outras			x			

Programa rádio sobre E.R.	x	x	x			
Promover a escola de 2ª oportunidade para a população adulta						x
Promover melhoria condições sócio-económicas e educativas						x
Recolha materiais nas freguesias		x				
Reunião Associação dos Municípios distrito Setúbal					x	
Reunião Bolseiros cursos sócio-profissional - integração		x	x	x	x	x
Reunião C.L.Acom Rendimento Mínimo			x	x	x	x
Reunião C.M.Palmela - conjugação actividades			x	x	x	x
Reunião C.saúde-Sem.-alimentação/ostep. /diabetes			x	x		
Reunião Centro Emprego			x			x
Reunião com a Segurança Social			x			x
Reunião com o projecto "Escolas Rurais"				x	x	
Reunião coordenadores concelhios E.R.			x	x	x	x
Reunião Equipe projecto- Sementes do Futuro		x	x	x	x	x
Reunião Prodep		x	x			
Reunião projecto " Conversar para Crescer"			x	x	x	x
Reunião- rede escolar (palmela, seixal, sesimbra, setúbal)			x			
Reuniões apoio tec. Pedagógico professores		x	x	x	x	x
Reuniões Pres. Juntas Freguesia-Autarquia-Plano actividades		x	x	x	x	x
Reuniões semanais da C.L.Acompanhamento		x	x	x	x	x
Seminário - Autonomia e Disciplina Escolas		x				
Seminário /Formação EERecorrente		x	x			
Visita estudo - formandos + Formadores	x	x	x	x	x	x

Processos de territorialização

O reconhecimento da crescente importância das estratégias de educação ao nível local, designadamente na implementação das reformas educativas, foi assumido por instâncias internacionais, como seja a UNESCO, que num dos números da revista "Perspectives" relativo ao ano de 1981 publica diversos artigos sobre tal problemática.

Num desses artigos, produzido pelo colectivo, diz-se a dado passo :

"O nível local constitui o ponto de interacção principal do conjunto dos agentes abrangidos por qualquer modificação do sistema escolar: responsáveis pelas decisões políticas, planificadores, administradores, professores e demais pessoal que presta serviço na escola, pais e alunos. A sua cooperação, a coordenação dos seus esforços e a sua participação activa são necessários ao sucesso do empreendimento. Apoiar as reformas no nível local provocará provavelmente uma maior participação da colectividade local (a população alvo) na concepção e na aplicação da reforma.

Os programas de reformas orientados para o nível local e administrados a este mesmo nível apresentam a vantagem, em relação aos que são geridos a nível nacional, de atribuírem mais importância à inovação e à maleabilidade" (Colectivo do IIPE in Perspectives vol.XI, nº 1 1981 UNESCO)

De tais postulados infere-se que a produção de inovações a nível local, encarando-a como um processo colectivo de aprendizagem, passa a ter como referência o conceito de criatividade da escola, ou seja, a sua

capacidade para responder de forma original e dinâmica aos problemas simultaneamente singulares e complexos que tem de enfrentar. Mais do que planejar reformas ao jeito clássico, competirá aos centros de decisão favorecer a emergência, ao nível das escolas, de um processo de inovação contínua, criando estruturas de apoio logístico susceptíveis de combinar funções de investigação, de formação e de inovação.

O acolhimento que tem vindo a ser dado, por parte dos decisores políticos, a estes novos pressupostos teóricos induziu a um novo quadro no âmbito das políticas educativas que gradualmente passaram a defender a necessidade da transferência de poderes e funções do nível nacional e regional para o nível local, reconhecendo-se a escola como um lugar central de gestão e a comunidade local (em particular os pais dos alunos) como um parceiro essencial na tomada de decisões.

Esta abertura à comunidade local significa mudar a relação entre dois pólos, que têm, também, de mudar internamente, nomeadamente a instituição escolar. Uma efectiva mudança das práticas vai passar a corresponder um alargamento do âmbito da intervenção educativa, em termos de espaços, de tempos e de actores sociais envolvidos, com repercussões nas relações de poder e nas relações ao saber no interior da escola.

Uma administração educativa centrada no local aponta para duas vertentes: descentralização da decisão política e da administração dos gabinetes centrais e regionais para as escolas, e a participação na decisão política e na administração no seio da própria escola..

Centrar-se no local implica uma abertura a soluções não standardizadas para problemas. Isto implica que os objectivos da escola, as estratégias e actividades serão projectadas para um contexto específico e decididas pela comunidade educativa.

Este cenário foi, aliás, percepcionado pelo grupo de trabalho liderado por Fraústo da Silva, quando da elaboração dos estudos preparatórios da reforma curricular, já que referem:

"...é urgente criar uma nova atitude, "reinventar" a escola numa perspectiva mais ampla de Centro Educativo não isolado do exterior, não distante da vida social, mas orgânica e funcionalmente interactuante com o meio e com os outros centros educativos, e livre, solidária e responsabilmente associada em termos de Territórios Educativos de dimensão variável". (Comissão de Reforma do Sistema Educativo (1988) Relatório Final "*Proposta Global de Reforma*")

Tal entendimento é não só corroborado, como mesmo dilatado, por Rui Canário (1996) quando afirma:

"Pensar em termos de Territórios Educativos (e não em termos de territórios escolares) constitui uma condição necessária para criar uma maior pertinência da acção educativa e, portanto, um acréscimo de legitimidade em relação a contextos e públicos que são singulares, um acréscimo de legitimidade social. Só poderemos caminhar de modo seguro, na construção desta globalização da acção educativa se formos capazes de evoluir de uma concepção meramente "pedagógica" de "abertura" da escola ao contexto local, para a concertação deliberada da acção de diferentes parceiros fortes autónomos a nível local: Escolas, Autarquias, Associações locais; Empresas, Centros de formação profissional, Bibliotecas e Museus, etc.

É justamente a construção, local e contextualizada, destas modalidades de acção parthenarial que poderá permitir a obtenção de sinergias na articulação entre instituições diversas, mas que têm em comum (embora em graus diversos) responsabilidades sociais e educativas. É à luz desta dupla dimensão (social e educativa) que pode ser fundamentada a complementaridade de acção e a convergência de interesses de diferentes parceiros locais, conduzindo, por exemplo, a reequacionar as competências, os domínios e as modalidades de intervenção das autarquias no plano educativo (incluindo o escolar). (Canário, Rui (1996) *A escola, o local e a construção de redes de inovação*" in *Investigação e inovação para a qualidade das escolas IIE* Ministério da Educação)

Estes enunciados teóricos têm servido de fonte legitimadora das assunção institucionais que preconizam da necessidade de existirem políticas territorializadas para a educação, com acções adaptadas à realidade local, implicando concertação entre parceiros, mas, também, com regimes contratualizados entre todos os parceiros de forma responsabilizada e pedindo sempre solidariedade em torno de um objectivo.

Enfim podem-se definir como grandes finalidades da territorialização:

- Contextualizar e localizar as políticas e a acção educativa, contrapondo à homogeneidade das normas e dos processos, a heterogeneidade das formas e das situações.
- Conciliar interesse públicos(na busca do bem comum para o serviço educativo) e interesses privados (para a satisfação de interesses próprios dos alunos e suas famílias)
- Fazer com que na definição e execução das políticas educativas, a acção dos actores deixe de ser determinada por uma lógica de submissão, para passar a subordinar-se por uma lógica de aplicação.
- Passar de uma relação de autoridade baseada no controlo "vertical", monopolista e hierárquico do estado, para uma relação negociada e contratual, baseada na desmultiplicação e horizontalização dos controles (centrais e locais).

Nesta perspectiva, a territorialização não deve pôr em causa o papel do Estado na produção de uma identidade nacional e instância integradora da coesão nacional no domínio da educação, mas permite que essa função do Estado se faça no respeito pelas identidades locais (e das suas autonomias) e em parceria com as comunidades locais.

Territorialização significa, assim, o esforço de aproximação e integração (numa cadeia potenciadora da formação de comunidades educativas) das várias unidades educativas, das associações e das autoridades locais relevantes, em processos de parceria e de co-responsabilização.

A dinâmica da Comunidade Educativa

No contexto da territorialização pretendemos aqui ressaltar alguns exemplos de dinâmicas locais que são expressão dessa territorialização e que podem ser utilizados como passos da apropriação colectiva do processo local de educação.

Por um lado apresentamos alguns que parte dos agentes educativos locais, constitutivos da comunidade educativa, e depois outros que exprimem a actuação do poder local, componente fundamental desse processo.

O Agrupamento das escolas Marateca e Poceirão

Envolve 14 escolas, sendo 10 EB1 e 4 EBM. É uma experiência importante a ter em conta

A constituição deste agrupamento assente na dinâmica local dos principais intervenientes – as escolas – foi viabilizado após ter existido um parecer favorável do município, uma compatibilidade com os princípios orientadores do reordenamento da rede e uma afectação de recursos que o viabilizem financeiramente. Deste modo nasceu no concelho de Palmela o Agrupamento de Poceirão Marateca- com sede na escola do Poceirão.

As escolas não perderam a sua identidade própria e antes pelo contrário reforçaram-na pois através da partilha a questão do isolamento ficou amenizada além de que passou a haver uma identificação do colectivo , do conjunto – o agrupamento. Três escolas já têm coordenadores Águas de Moura, Lagoa do Calvo, Lagameças (1 em cada).

Relativamente aos recursos materiais estes passaram a ser geridos mais racionalmente porque existiam escolas que tinham mais coisas que outras e agora todas possuem o global dos equipamentos.

Foram ressaltados aspectos positivos, aspectos negativos, anseios, perspectivas. Nos primeiros foram ressaltados os da cooperação entre docentes, a partilha de recursos organizada, a quebra do isolamento de algumas escolas (contactos e reuniões mais frequentes), propiciou uma maior organização administrativa, financeira e pedagógica de cada escola, reforçou a formação dos docentes, motivou para uma maior estabilidade na carreira docente (a instabilidade do corpo docente acarreta a instabilidade das práticas docentes) propiciou o desenvolvimento de projectos (ATL, Educação Física, Natação – Aprender a nadar)

Os aspectos negativos ressaltados foram a desadequação das instalações, a falta de apoio e formação nas práticas de gestão, acarência de recursos humanos preparados para as funções administrativas. Por outro lado a constatação que: mudar é difícil, que os docentes têm na sua maioria dificuldades em entender as

mudanças, quer a nível das práticas educativas, quer a nível das práticas de gestão (é uma escola que gere as outras ou várias escolas gerem-se só por si !).

No que diz respeito aos anseios está a grande vontade de ter uma Associação de Pais (o que não é fácil), ter como membros da Assembleia para além do elemento da Câmara um de cada Junta de Freguesia.

No que respeita às perspectivas referiram a grande influência que a EB23 de Pegões no Montijo têm sobre os alunos desta zona (a maioria vai para lá) e ainda as parcerias que já vão tendo a nível de projectos .

Questionário aos docentes e técnicos de educação

Com o propósito de conhecer a opinião dos professores e agentes de ensino, que desenvolvem a sua actividade profissional no concelho de Palmela, quanto a alguns aspectos tidos por relevantes para a efectivação de iniciativas promotoras de uma territorialização educativa na área do município de Palmela, aplicou-se, junto destes profissionais, um questionário que, embora apresentado graficamente deforma contínua, tinha duas partes distintas.

Uma primeira parte, integrando questões de facto, destinava-se à obtenção dos seguintes dados sobre a população alvo.

- Características etárias e anos de experiência profissional.
- Número de anos de exercício da actividade profissional em localidades do concelho de Palmela.
- Grau de ensino a que se encontra ligada profissionalmente.

Uma segunda parte, constituída por questões de opinião, visou, através de um conjunto de perguntas fechadas, saber a posição dos respondentes sobre:

- Aspectos relativos à influência de diversas entidades/órgãos escolares na definição das políticas que são prosseguidas pela escola.
- A percepção que tinham quanto ao desenvolvimento do processo de autonomia da escola

Ainda, nesta **segunda parte**, foi integrada uma pergunta aberta tendente a conhecer a opinião dos destinatários do questionário sobre as expectativas que poderiam ter quanto à intervenção da autarquia junto das escolas.

Este questionário, que teve por população alvo todos os docentes e técnicos de educação que, no presente ano lectivo de 2001/02, exercem actividade profissional na área do município de Palmela, foi respondido por 215 pessoas, número que corresponde a 86% do total da população alvo.

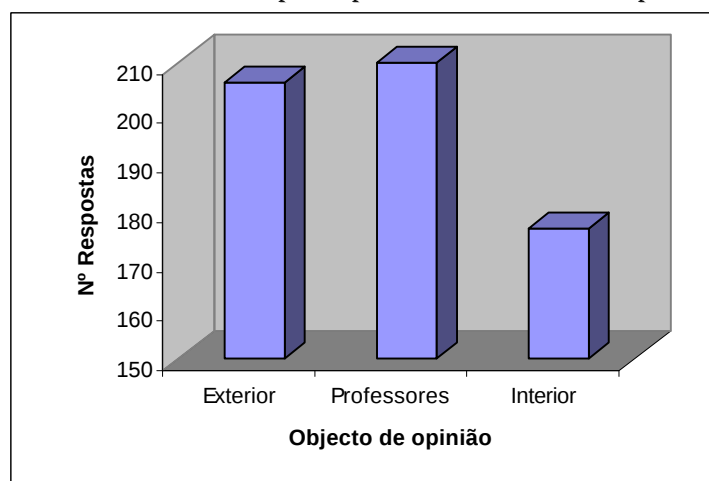
Do apuramento das respostas salientamos:

(a) a fixação profissional ao concelho de Palmela é relativamente baixa quando correlacionada com o número de anos de exercício da actividade.

(b) a maioria dos respondentes, 53,5%, exerce funções profissionais em estabelecimentos de ensino que não dependem da autarquia no que se refere a financiamento, gestão de instalações e equipamentos e nomeação de pessoal Auxiliar de Acção Educativa.

(c) Se atendermos que A, G, H, I são instituições fisicamente exteriores à escola, B, C, D, E, são entidades interiores e F são os próprios docentes, interiores, mas aqui considerados em grupo autónomo, temos o seguinte peso relativo de respondentes sobre o poder dos órgãos e instituições:

Gráfico 9: Número de respostas por natureza da entidade apreciada



Os inquiridos, ou um subgrupo, parecem revelar maior à vontade para manifestar a opinião sobre as entidades exteriores à escola ou sobre si mesmos que sobre os órgão da escola e instituições com lidam mais regularmente.

(d) **64,4%** dos respondentes concorda com a existência de um Conselho Local da Educação **32%** não tem opinião definida sobre o assunto e **3,4%** discorda em absoluto com a existência de tal órgão. Os respondentes que discordam em absoluto com a existência de um Conselho Local da Educação tem entre **0** e **3** anos de serviço sendo por isso de admitir que a sua resposta esteja relacionada com algum desconhecimento sobre as funções que estão cometidas a este órgão.

As discordâncias quanto à existência do órgão ocorrem em percentagem mais elevada entre os docentes que leccionam em níveis sequenciais ao primeiro ciclo do Ensino Básico. **4,5%**.

É entre os professores do 1º Ciclo EB que se encontra maior percentagem, **39,0%** dos que não têm opinião sobre esta matéria.

(e) Quanto à afirmação *A existência de um Conselho Local de Educação é um passo importante na territorialização das políticas educativas* 61,1% dos respondentes concorda com afirmação havendo 2,9 que discordam em absoluto e 35,9 que dizem não ter opinião. É entre os professores que têm entre 5 e 10 anos de serviço que existe uma maior percentagem dos que dizem não ter opinião, 42,9%. A maior percentagem de docentes que discorda da afirmação feita é daqueles que leccionam em níveis sequenciais ao primeiro ciclo do Ensino Básico. 4,5%. O grupo profissional que percentualmente, manifesta maior anuência com a afirmação é o dos técnicos da educação 100% seguido pelos professores da educação Pré-escolar com 85,7%.

(f) Eis as prioridades de intervenção da autarquia por ordem decrescente de importância, para o global das propostas, considerando-se separadamente a primeira, segunda e terceira prioridade:

Tabela 14: Opinião dos inquiridos sobre áreas de intervenção prioritária

Áreas de Intervenção prioritária	Cod	1ª	2ª	3ª	Global
Equipamentos	A	3,8	15,2	21,1	13,4
Acompanhamento de projectos educativos	B	16,9	8,3	11,6	12,3
Instalações	C	14,4	8,3	5,3	9,3
Componente curricular	D	17,5	3,8	5,3	8,9
Apoio a visitas de estudo/intercâmbio	E	5,6	12,9	6,3	8,3
Aumento da componente financeira	F	9,4	6,8	8,4	8,2
Componente extra-curricular	G	2,5	5,3	8,4	5,4

Outros	H	5,0	6,8	3,2	5,0
Desporto escolar	I	6,9	1,5	4,2	4,2
Transportes escolares	J	3,8	3,0	5,3	4,0
Formação	K	6,3	3,8	1,1	3,7
Participação na gestão das escolas	L	1,3	1,5	8,4	3,7
ASE (Acção Social Escolar)	M	1,3	6,1	3,2	3,5
Educação para a cidadania	N	3,1	1,5	4,2	2,9
Animação comunitária	O	0,6	6,1	1,1	2,6
ATL	P	1,9	4,5	1,1	2,5
Pessoal (carências)	Q	0,0	4,5	2,1	2,2

A entrevista com as Associações de Pais

Com o intuito de complementar algumas informações sobre a influência/ importância/ dinâmica das AP e considerando que este é um dos intervenientes importantes no processo educativo, solicitou-se uma conversa com Associações de Pais de escolas do concelho de Palmela. Estiveram presentes 6 representantes de AP, estando 5 delas representadas no CLE. Os Pais presentes integram associações de Pais com menos de 3 anos de existência, com vivências distintas, mas a troca de impressões havida concretizou algumas ideias já colocadas neste relatório em pontos anteriores assim como trouxe achegas novas.

- no 1º ciclo é difícil a constituição de AP pois enquanto associação os pais não sentem necessidade da sua existência. O acompanhamento da criança é muito individual, o relacionamento é mais professor/pai e os problemas da escola não são problemas globais.
- No 2º e 3º ciclos os problemas são maiores, desde a segurança do espaço físico, à qualidade ambiental e do meio, à falta de qualidade do pessoal não docente, a intervenções pontuais com os docentes, tudo são questões para a AP equacionar e tratar.
- Por parte das escolas estas entendem a AP como consultores em algumas situações, intervenientes passivos em outras, correias de pressão e de transmissão de anseios colocados superiormente, espectadores de processos de defesa corporativa (conselhos disciplinares)
- Na longa história das AP a representatividade foi sempre uma questão de fundo, por várias vezes, retirada. Os problemas existem, as dificuldades são muitas e para alguns pais a inércia e a desistência parecia a melhor resposta.
- Parecia-lhes importante intervir nos conteúdos do 3º ciclo, nas políticas locais e de escola (horários, transportes, instalações, funcionários, rede de cursos, qualidade social e ambiental, na requalificação dos espaços educativos. Apontaram ainda no caso do pessoal docente a importância da sua estabilidade na escola e a contribuição que uma AP poderia dar neste campo.
- A falta de mobilização, de interesse, de motivação resulta de uma indefinição do papel das AP. Os professores têm-lhes medo, as estruturas do corpo docente não entendem o papel das AP

O Projecto “Escolas Rurais” – ano 2000/2001

No ano de 2000/01 participaram no projecto das Escolas Rurais, 14 unidades educativas, 6 EB1, 2 EBM, 2 JI, e 4 JI Itinerantes. As escolas organizaram-se em 6 núcleos tendo sido constituídos, 3 das EB1 1 da EBM, 1 de JI e 1 de EPEI. As escolas envolvidas todas das zona rural, EB1 de Águas de Moura nº 1 e nº 2, EB1 de Lagameças, de Fonte Barreira, de Poceirão nº 1, da Aldeia Nova da Aroeira, EBM de Poceirão e de Águas de Moura, JI de Terrim e de Vale da Vila, EPEI da Aldeia Nova da Arpeira, Asseiceira, Poceirão nº 2, Fonte Barreira, Forninho.

Procurando as raízes da cultura local e o grande entrosamento com a comunidade local a escola saiu do seu espaço habitual contactou com o exterior (famílias, colectividades, JF, Associações de Moradores, Grupos Desportivos, Ranchos Folclóricos, Equipa do Ensino Recorrente e Educação Extra Escolar, etc.) utilizou e partilhou recursos locais.

O acompanhamento de uma equipa de enquadramento, o conjunto de actividades planeadas e concretizadas, a descoberta, a recolha da informação, o entusiasmo, são os ingredientes necessários a tonar o trajecto deste projecto um êxito.

Pela leitura final de tudo o explanado, pelos objectivos gerais e específicos, pelas linhas de força, estratégias e metodologias, pela forma de organização e de funcionamento, pela avaliação publicitada, pelo acompanhamento pode-se afirmar que “Projecto das Escolas Rurais” é um projecto pioneiro de grande qualidade que visa “contribuir para a descentralização das políticas educativas, aproximar a escola da comunidade educativa e do meio, rentabilizar recursos locais através da partilha e da parceria, promover o sucesso educativo, favorecendo a articulação entre os diferentes níveis de ensino.”

Satisfaz pois os requisitos para ser considerado um “Território Educativo de Intervenção Prioritária – um TEIP “ e por que não?

Um estudo de caso – “ As crianças da freguesia de Poceirão querem uma escola “

Este assunto embora já afluído neste relatório em vários pontos, é no entanto referido e relatado aqui pois é um exemplo vivo de uma dinâmica local que tendo detectado uma necessidade local premente utiliza uma metodologia inovadora (não o estafado abaixo-assinado, a influência, outra), não se limitou a pedir mas estuda, equaciona e produz um documento válido.

A questão fundamental é : “Uma nova escola para a Freguesia de Poceirão?”

Os passos dados revelam empenhamento e dinamismo das populações. A singeleza do estudo, mas ao mesmo tempo a forma como a ideia de uma nova escola e a sua necessidade é construída revelam potencialidades do surgimento de novas experiências de territorialização, de novas experiências pedagógicas.

A dinâmica autárquica

A organização autárquica e a territorialização

A Câmara Municipal de Palmela assumiu a importância da educação, cultura e desporto como vertentes da intervenção local.

Ao mesmo tempo que tem desenvolvido um conjunto de acções relevantes que influenciam decisivamente a região, tem tido a preocupação de criar as estruturas adequadas e dar a correspondente formação .

Não sendo objectivo deste trabalho o detalhe minucioso das inúmeras acções promovidas pela Câmara, referimos entre outras: o Projecto Fantasiarte, com incidência nas áreas expressivas e artísticas promovido pela Câmara e dirigido a toda a Comunidade Educativa do Concelho. Das diferentes iniciativas ressaltamos a semana da dança, a ida a Braga para a participação na XI Encontro de Gigantones e Cabeçudos, a animação musical com audição de música (Quarteto de Cordas e Orquestra Metropolitana de Lisboa), a edição do Fantajornal, as comemorações do Carnaval de rua, do Dia Mundial do Teatro, o concurso Desenhar a Dança, o Festival das Bibliotecas Públicas, os espectáculos de teatro do Grupo o Bando, e do grupo de teatro ATA - Acção Teatral Artimanha, a formação de Professores e Educadores e outros agentes nas áreas de expressão (formação acreditada), o FIAR (Festival Internacional das Artes de Rua), deslocação a espectáculos, etc. Todas estas iniciativas e muitas outras tiveram como intervenientes principais a CMP e em muitos casos desenvolvidas conjuntamente com outros elementos da comunidade local. Os destinatários variaram conforme as actividades mas as escolas foram um dos principais. Os objectivos globais foram o desenvolvimento de uma política cultural municipal como uma outra face do processo educativo.

Conselho Local de Educação

A constituição dos CLE é da competência autárquica (Lei 159/99 de 14 de Setembro e Lei 169/99 de 18 Setembro)

O Conselho Local de Educação de Palmela (CLEP) foi tomando forma desde Abril de 2000 e pode dizer-se que nesta altura tem uma existência visível quer através da sua estruturação orgânica quer ainda, das reuniões, documentos que aprovou e do Boletim informativo. É um projecto pioneiro, que representa o esforço o desafio e a compreensão de que o trabalho educativo tem que ser partilhado pelos diferentes parceiros da sociedade. Após várias reuniões tomaram posse os seus membros em Outubro do mesmo ano.

O seu desejo de comunicação e troca de impressões está consubstanciado na vontade de criar uma rede de CLE, fundamental para equacionar diversos problemas da educação no concelho e na região.

Comissão de Protecção de Menores

A constituição da Comissão Protecção de Menores no ano 2000 integra 2 elementos do município, 2 do CRSS, 2 do Ministério da Educação, 2 da GNR, 2 do Centro Saúde, 2 da União das IPSS, 2 do Instituto da Juventude, 1 do Ministério Público. Pelo relatórios da mesma comissão em 97/98/99 esta incluía elementos das Associações de Pais.

Não estando nas nossas intenções fazer o historial desta comissão desde que iniciou o seu trabalho, vamos reter as informações que possam contribuir e ajudar a caracterizar algumas situações problemáticas do concelho e que mais directamente têm a ver com a Carta Educativa.

Pelo relatório das actividades em 2000 a comissão inventariou 7 problemáticas que mereceram a sua atenção. Destas, duas delas têm a ver directamente com a educação o abandono escolar e o absentismo escolar traduzindo-se nos seguintes números:

Tabela 15: Abandono e Absentismo Escolar

		2000	%total	1999	%total
Abandono escolar	M	16		26	
	F	17		21	
		33	23,9	47	41,9
Absentismo escolar	M	07		00	
	F	07		02	
		14	10,1		01,7

Fonte: CMP

O abandono escolar é a situação problemática mais grave (entre 9 que foram trabalhadas) nas freguesias de Pinhal Novo, Palmela e Poceirão (por ordem decrescente)

A faixa etária com maior incidência nas situações problemáticas trabalhadas no ano de 2000 situa-se entre os 10 e os 14 anos (80% dos casos) seguida da faixa etária dos 5 aos 9 anos (59%) A freguesia com crianças dos 5 aos 9 que apresentou mais situações foi a de Pinhal Novo e Palmela seguida da de Poceirão. Na faixa etária dos 10 aos 14 em 1º lugar está Pinhal Novo seguida das freguesias de Palmela e Poceirão.

Estruturas e Necessidades de Acção Educativo-formativa

Enquadramento

Estruturas

As estruturas que, no concelho (ou próximo dele), operam ou podem operar na preparação profissional não são muito extensas.

As estruturas educativas adequadas à preparação profissional são de três tipos, as ligadas directamente ao Ministério da Educação (ME), (Escolas Secundárias e Profissionais), as estruturas de tutela do IEFP, operando próximo do concelho, e, outras, nomeadamente empresariais que, apoiadas por programas de financiamento, podem desenvolver (ou desenvolvem) acção formativa sistemática.

Escolas Secundárias e Profissionais

As Escolas Secundárias e Profissionais podem desenvolver actividades de carácter profissional no quadro do sistema educativo. Estas escolas, mesmo sem esse objectivo central, podem organizar acções de formação, por sua responsabilidade ou em parceria com outras entidades.

Neste sentido podem funcionar como suporte de actividades que, mesmo não constituindo a sua vocação central, constituam respostas a problemas de formação inicial, recorrendo ao seus próprios meios, instalações e mesmo pessoal docente, colaborando este no ensino geral (que algumas acções integram) ou na gestão das iniciativas.

Estruturas de tutela do IEFP, operando próximo do concelho

Existe também um conjunto de Centros de Formação que, próximos do concelho, podem realizar acções para jovens dele provenientes. Localizam-se em Setúbal e no Seixal dois centros de Gestão directa.

Os centros mais próximos do concelho são os do Seixal, e Setúbal. O primeiro, criado ainda na década de sessenta como centro polivalente, foi equipado nos domínios da mecânica, electricidade, construção civil e madeiras. O segundo, mais polivalente, está dotado de infra-estruturas para formação em áreas que vão desde a electricidade e electrónica, metalurgia e metalomecânica, restauração e hotelaria, serviços pessoais, administrativos, financeiros, à agricultura/jardinagem.

Outras estruturas

Uma primeira estrutura a referir é a extensão da Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa que tem um “Núcleo Escolar” em Setúbal, equipado para a formação em cozinha, pastelaria e bar.

Mas particularmente significativa é a AUTOEUROPA, estrutura empresarial que dispõe de um serviço dedicado à formação. Neste existe uma infra-estrutura montada com cofinanciamento público e em que o estado português mantém participação, através do IEFP. A AUTOEUROPA realiza já formação em cooperação com este instituto, particularmente em áreas como a electrónica e a mecânica, em regime de formação em alternância, de que é “entidade de apoio”. A capacidade desta entidade não está esgotada assim como há a possibilidade de alargar a intervenção a áreas afins, uma vez que cobre tecnologias diversas que integram a produção automóvel.

A AUTOEUROPA está particularmente sensível e interessada na formação de pessoal em associação com outras entidades porque não só isso contribui para reduzir custos da sua estrutura como alarga a sua base de recrutamento de pessoal. A AUTOEUROPA colabora ainda noutras iniciativas interempresas para o segmento automóvel, sendo entidade organizadora de acções de

formação para activos, algumas de grande interesse para o aperfeiçoamento organizativo de PME (REFA).

Existem ainda outras empresas e infra-estruturas associativas que desenvolvem actividades de formação própria sendo particularmente interessantes as que possam identificar necessidades de recrutamento qualificado e mobilizar, técnicos e especialistas, para participar em actividades formativas locais sob organização das entidades já referidas (escolas, IEFP, etc.).

Para além da intervenção da Câmara de Palmela no campo da coordenação da acção educativa que, se entendida de forma lata, integra também a formação, não existe uma estrutura específica de “gestão” no campo da formação.

No entanto a simples enumeração das entidades que existem no concelho realizando intervenções no âmbito da formação, partindo de pontos de vista diferentes e com intervenções parcelares e não articuladas, faz perceber a vantagem de uma maior coordenação.

Economia e trabalho, em Palmela

O parecer do Centro de Emprego de Setúbal, do IEFP, que desenvolve acção na região no âmbito do emprego, contactando o mercado de trabalho, é de que as actividades que mais emprego geram no presente em Palmela são, na indústria, a confecção a metalomecânica, a electricidade e electrónica. Há também algumas empresas que geram “emprego flutuante”, como a “Lean”, (estofos de automóveis). Na agricultura são significativas as culturas da vinha, da fruticultura e a horticultura, estas últimas em mudança estrutural (Entrevista com a directora do Centro de Emprego de Setúbal, Dr.^a Virgínia Bacalhau; Centro de Emprego de Setúbal; 29/6/01).

Do ponto de vista do centro de Emprego do IEFP as grandes linhas de desenvolvimento parecem ser nos serviços o turismo, incluindo o rural, e o lazer, e os serviços de proximidade. Há projectos industriais em áreas de metalomecânica e na fileira do automóvel (Entrevista com a directora do Centro de Emprego de Setúbal, Dr.^a Virgínia Bacalhau; Centro de Emprego de Setúbal; 29/6/01).

Por iniciativa da Câmara Municipal de Palmela foi promovido no concelho o “Forum do Concelho de Palmela”, cujo objectivo é a construção de “um espaço, qualificado e participado pela comunidade local, de reflexão e debate sobre as grandes linhas de desenvolvimento do concelho no início do século XXI” (Sousa, Carlos de; Fórum Palmela, N.º 1, Julho de 2000; edição da Câmara Municipal de Palmela; pag. 1).

Perspectivas e projectos de desenvolvimento do concelho

De uma sessão realizada pelo Forum, ainda em 2000, saiu a orientação de organização de “foruns” temáticos de que, posteriormente, se realizaram os do automóvel e do vinho. Têm-se assim desenvolvido “Foruns” que permitem a participação de entidades interessadas nos domínios do Automóvel e do Vinho, vectores da economia local identificados como nucleares.

Das actas destes trabalhos pode concluir-se que há nesses sectores, no que respeita à educação e à formação, necessidades decorrentes dos problemas enfrentados justificando

No área do automóvel afirmou-se que a Formauto (entidade formadora ligada à AUTOEUROPA), estaria disponível para servir as empresas da região. Uma primeira acção assentaria no levantamento das necessidades de formação das empresas da fileira automóvel, sabendo-se que há carências por exemplo em corte e soldadura.

Para além da proposta de ponderação da criação de uma escola profissional, eventualmente nestes domínios, pareceu indicado “influenciar os currículos escolares das escolas secundárias” da zona, para adequar os cursos de carácter tecnológico às necessidades das empresas locais (acta da reunião do grupo de trabalho - Fórum da indústria automóvel de 22/5/01).

Houve, também, referencias à generalizada necessidade de formação extensiva aos próprios empresários, quadros e trabalhadores (activos). Nomeadamente seria vantajoso permitir e divulgar o estudo de métodos

e processos utilizados pela AUTOEUROPA na sua fábrica, particularmente dos que tem aplicação em PME.s'.

A AUTOEUROPA contribuiu também para o diagnóstico quando afirmou que a falta de formação da mão-de-obra foi um dos maiores problemas encontrados aquando da concretização do projecto, porque o “sistema de ensino não tem transmitido conteúdos adequados às necessidades do mercado de trabalho, o que dificulta a instalação de empresas” (Síntese, Fórum da Indústria Automóvel; Câmara Municipal de Palmela; março/2001 pag. 3).

Mas talvez o que de mais importante releva deste encontro foi o desconhecimento revelado pelas empresas do trabalho formativo desenvolvido no concelho. É muito significativo que empresas que indicavam ter a intenção de recrutar de imediato pessoal para trabalhar em domínios como a mecânica desconheçam o trabalho que, neste âmbito, se realiza no próprio concelho. Há pessoas, na indústria, que ainda invocam a necessidade de retomar o velho ensino técnico, extinto há quase trinta anos. Desconhecem, no entanto, as actividades entretanto desenvolvidas com o mesmo objectivo. Este défice informativo que não será extensivo ao conjunto das empresas aponta para a necessidade de estreitamento das relações entre a indústria e as entidades formadoras, sejam os centros de formação ou as escolas.

A questão da aproximação informativa às empresas é, assim, essencial. Aliás sobre esta questão algumas empresas perguntam como podem chegar ao conhecimento dos formandos disponíveis.

É, na actividade formativa, necessário desenvolver uma acção contínua e permanente de divulgação das actividades seja na imprensa seja directamente junto das próprias empresas, sem o que o trabalho formativo desenvolvido permanece largamente desaproveitado. Um dos trabalhos indispensáveis hoje, para quem trabalha em formação, será a divulgação do trabalho realizado directamente junto das empresas, sem o que muita da acção desenvolvida poderá resultar em pura perda.

Mas a acção formativa foi também analisada e apontadas questões interessantes. Foi afirmado que as carreiras de mecânica são no seu início mais mal pagas, relativamente aos serviços, ainda que essa relação se inverta posteriormente. Este facto foi considerado como factor de desincentivo das carreiras “produtivas”, já socialmente menos prestigiadas.

Mas foi também referido que, no ciclo educativo entre o 6.º ano e o 9.º anos, os abandonos seriam muito elevados porque; para os jovens em situação de risco, em número muito elevado nalgumas das zonas do concelho, o “posto de trabalho” seria mais motivador que a escola, o que conduziria a esse abandono.

O trabalho formativo desenvolvido também sofreu comentários. Foi indicado que, na formação inicial, a presença no posto de trabalho é mais motivadora e os formandos revelam comportamentos que as empresas não apreciam. Há falta de disciplina nos centros de formação e a própria postura é criticada: o “fumar”, as atitudes mais “à vontade”. Há comportamentos deste tipo exibidos pelos formandos que desagradam no “ambiente das empresas”, ele próprio mais hierarquizado e conservador. E, entenda-se, não só aos empresários.

Aponta-se que os centros de formação deveriam ter maior ligação às empresas, o que auxiliaria as mudanças neste campo. No entanto interessará considerar que os problemas disciplinares sentidos nos centros são comuns às escolas e, tal como nestas, terão uma provável origem a montante. Apesar destas explicações é de ter em conta a necessidade de acentuar a disciplina na generalidade dos locais de ensino e formação, pelo menos no seu entendimento pela pontualidade e na exigência de atitudes indispensáveis ao trabalho em comum.

A acção da Câmara pode encontrar, aqui, uma enorme utilidade: promover a melhor ligação entre estes diversos “parceiros”, orientando o trabalho realizado e potenciando a sua utilização. Sem esquecer a divulgação da formação entre os jovens, que passará pelo prestigiar o trabalho nas empresas.

Vinho

No que respeita ao vinho foram igualmente realizados Foruns sobre o tema. A sua situação foi analisada num plano mais geral em que as necessidades educativo-formativas são esbatidas pelas características da própria mão de obra do sector, mais tradicional e menos qualificada que a do automóvel. O facto de a produção vinícola ser fortemente sazonal também não estimula a fixação de mão de obra mais especializada. As iniciativas propostas para desenvolvimento do sector apontam para o actualização técnica em áreas relativamente marginais ao efectivo profissional quantitativamente mais alargado. Isso

significa que mais do que uma formação sofisticada de operadores o sector beneficiaria com iniciativas de “animação técnica” em domínios de maior qualificação (por exemplo através de seminários para quadros e empresários) em temas como o marketing específico, a exportação vinícola, a gestão de tratamentos fitosanitários, etc. Estas iniciativas poderiam ter o apoio da Câmara e a realização da autoridade local do sector. Há, em princípio, financiamento público para estas iniciativas que pode ser aproveitado.

Outras áreas

Há procura também em profissões tradicionais (carpintaria, metalomecânica, construção civil, etc.) mas que são hoje, pouco atraentes para os jovens. Por exemplo o Centro de Formação de Setúbal tem tido dificuldade de recrutar formandos para algumas especialidades (Entrevista com o Director do Centro de Formação de Setúbal, Eng. Fernando Oliveira; Centro de Formação de Setúbal; 9/julho/2001). Isto determina que o IEFP desenvolva uma acção de sensibilização para as profissões, junto das escolas que se abordará adiante (Entrevista com a directora do Centro de Emprego de Setúbal, Dr.^a Virgínia Bacalhau; Centro de Emprego de Setúbal; 29/6/01).

A experiência do IEFP em matéria de colocações (em áreas tradicionais) é interessante. Consideram que, nas acções de qualificação inicial de um ano que realizam, cerca de 80% dos jovens que fazem estágios nas empresas ficam lá. Isso significa que quando se colocam os formandos com uma boa formação prévia na empresa, a taxa de colocação é boa.

A Gestão da Acção Educativo-Formativa de Caracter Profissionalizante

Tendo em conta a economia, a demografia e os recursos educativo-formativos da região, assim como a própria tradição de intervenção da Câmara de Palmela em matéria de formação, esta deverá orientar-se, essencialmente, para a “mobilização” das estruturas já existentes. Para tal poderão utilizar-se as formas de coordenação e participação já instituídas e, também, algumas formas de participação institucional criadas nas estruturas existentes formativas ainda pouco utilizadas. Propõe-se a orientação das estruturas existentes em função das suas vocações, e de algumas sugestões recolhidas, inspirando-se também no sentido que se prevê que a economia da região adopte.

A actuação da Câmara no campo alargado da formação profissional, atingirá a sua máxima utilidade potenciando a acção das restantes entidades, desempenhando um papel de charneira, catalisador de actuações de terceiros. A Câmara, e o seu serviço de educação, poderão surgir essencialmente como “pivot”, articulando as intervenções dos restantes parceiros, e apenas desenvolvendo uma acção directa quando a iniciativa daquelas possa não ser suficiente para concretizar iniciativas de grande interesse.

Simultaneamente o desempenho das estruturas existentes poderá ser aperfeiçoado num sentido duplo: aumentando a sua intervenção e reorientando-a. Apontam-se algumas actividades para possível desenvolvimento.

- a) Reforçar a componente profissional da acção educativa desenvolvida no secundário acentuando as intervenções das escolas secundárias na ligação à vida activa e à economia.
- b) Melhorar a ligação entre as escolas e as empresas
- c) Estágios: A execução de contactos com as empresas deve ser realizada em todas as acções de carácter profissionalizante e talvez mesmo, no ensino mais convencional.
- d) Divulgação da acção formativa junto dos alunos potenciais e das famílias
- e) Neste mesmo sentido a câmara pode mobilizar recursos de divulgação, quer nas suas publicações periódicas, quer realizando dépliants específicos, para alcançar os públicos referidos. Uma outra fonte de divulgação é a própria rádio que pode desenvolver o conhecimento de actividades selectivamente para os públicos referidos.

Desenvolver estruturas de formação e reforçar as actividades de terceiras entidades formativas a benefício do concelho

Em dois domínios muito concretos parecerá oportuno estudar o desenvolvimento de iniciativas formativas de raiz. São eles no quadro da montagem de uma “Escola Oficina” dedicada ao artesanato e às profissões tradicionais, nomeadamente as que se ligam ao trabalho de manutenção doméstica e polivalente, e à jardinagem. Nestas actividades a procura e a fixação de activos será, seguramente, crescente.

Parece também haver necessidade e possibilidade de instalar uma escola tecnológica (iniciativa tendente à execução dos cursos de especialização (nível 4), destinada ao ensino da mecânica fina e da robótica, capaz de apoiar de forma sistemática a preparação de pessoal para o cluster automóvel. Esta iniciativa deveria realizar-se em parceria com a Formauto e outras entidades locais interessadas. Os processos de arranque destas iniciativas estão em fase de estudo o que daria tempo a Palmela de se candidatar à instalação de uma unidade com configuração bem fundamentada.

Actividades a promover na acção profissionalizante no concelho

Das diversas actividades interessantes que se podem identificar na economia local e das que foram referidas fez-se uma síntese que se indica:

- (a) Formação inicial para profissões qualificadas.
- (b) Formação para quadros com as entidades interessadas em domínios como o “marketing do vinho”, desporto, artes e teatro, arqueologia e património, serviços o turismo, incluindo o rural, e o lazer .

Financiamento

As actividades indicadas serão de realizar tanto quanto possível sob financiamento dos programas operacionais do QCA. Em particular a ligação ao IEFP e à Rede Regional para o Emprego da Península de Setúbal poderá proporcionar algum acesso a iniciativas suportadas por aquele financiamento. É, no entanto, de referir que se identificaram actividades que, na generalidade, essencialmente potenciam estruturas existentes sendo portanto o investimento inicial reduzido ou menos expressivo.

Conclusões

Gerais

1. Neste documento pretendeu-se fazer uma caracterização da situação. O que foi considerado na análise e a perspectiva de abordagem teve já em conta o sentido provável das intervenções a propor. A constatação da realidade enforma o conteúdo preciso das propostas a apresentar, objecto do próximo relatório, mas a própria observação é já o reflexo de uma certa concepção de sociedade e de desenvolvimento social, na medida em que a atenção se concentra apenas no que é relevante na óptica da intervenção.

A educação, como todas as partes do social, está indissolivelmente relacionada com todos os aspectos da sociedade, mas o estudo apenas considera os elementos que se associam com o âmbito da carta educativa, de acordo com a concepção apresentada no relatório anterior. A descrição e interpretação da realidade do sistema educativo pode ficar a diversos níveis da relação concreto-abstracto, tendo-se optado pelo nível que mais se ajustaria às propostas a apresentar, numa combinação harmónica do pormenor necessário para compreender as problemáticas e dar realismo às propostas com a suficiente generalidade que dê consistência e durabilidade às linhas de intervenção.

Se toda a leitura da realidade é subjectivamente orientada a apresentada neste relatório também reflecte essa característica. Contudo apresenta alguns filtros restritivos da subjectividade, para além dos resultantes da aplicação de uma metodologia científica: uma leitura interdisciplinar; uma consideração atenta dos pontos de vista de diversos intervenientes directos e indirectos, no espaço local ou fora dele, no sistema educativo; a própria consciência da dialéctica sujeito-objecto do conhecimento.

Em síntese, este documento é parte de um processo e só no todo assume a plenitude do seu significado. É a leitura de uma parte da realidade cuja selecção resulta da concepção de carta educativa constante do relatório anterior e das concepções de desenvolvimento educativo que constará do próximo.

2. Cada instituição interveniente no processo educativo no concelho de Palmela tem a sua leitura própria. Esta é moldada pela posição que ocupa no sistema, do que resultam um conjunto de preocupações estruturais e conjunturais. Perante a mesma realidade e uma comunhão de vertentes interpretativas da sua dinâmica certamente que haverão muitos aspectos em comum na leitura prospectiva feita por instituições do Governo, pela Câmara Municipal, pelas Escolas e pelas Empresas, por exemplo. Mas é inevitável, e democraticamente saudável, que cada uma delas tenha observações, interpretações e propostas diferenciadas, seja pela importância relativa dos seus elementos constitutivos e correspondentes prioridades, seja pela especificidade das funções que exercem.

Com algumas limitações procurou-se ter em conta essa pluralidade de focagens, porque se admite que a carta educativa deve encontrar formas de diálogo entre esses parceiros, deve conter dimensões gestórias que permitam uma resposta adequada à realidade em mudança e capaz de resolver, atenuar ou desviar tensões, conflitos e contradições, porque se considera que a correlação de forças entre as instituições, inevitável e sempre existente, deve encontrar na carta educativa as formas adequadas para uma reflexão crítica, para uma filtragem intelectual e científica, para um debate de opiniões.

Contudo este anseio da pluralidade tem sempre a balizá-lo o facto da carta educativa ter sido encomendada pela Câmara Municipal e desta instituição dever ser um motor fundamental, um centro de decisão política inultrapassável em todo o processo de interpretação da realidade e da sua transformação.

3. Antes de passarmos a uma síntese das conclusões implícitas e explícitas constantes do presente relatório, convirá fazer mais um reparo do sentido da análise que se apresenta.

A situação que se apresenta tem um passado que raramente é explicitado. Só o é na medida em que a compreensão da dinâmica passada clarifica as tendências «naturais» de evolução futura e dá sentido às políticas de intervenção. Mas ele existe para todo e qualquer facto relatado.

Por isso poderá haver uma tendência das instituições e das pessoas para fazerem uma leitura detetora dos responsáveis pela situação actual, nas virtudes e nos defeitos. É, na nossa opinião, uma leitura científica e politicamente errada. Cientificamente porque a «fulanização» das situações faz esquecer as razões

objectivas e as limitações da acção humana e institucional, a interacção não-linear e até a sensibilidade do todo a variações infinitesimais das partes. Politicamente porque o fundamental na carta educativa é encontrar formas de manifestação da vontade colectiva e formas organizativas que congreguem a diversidade numa vontade comum.

Do Enquadramento Económico-Social

4. O enquadramento regional impõe mais as características futuras do concelho de Palmela que as suas especificidades e dinâmicas locais. Também as exigências educativas exprimem, ainda de forma mais vincada, essa tendência evolutiva. A integração na área metropolitana de Lisboa impõe a existência de estruturas escolares locais capazes de dar resposta ao aumento da população e à diversidade da sua composição mas torna igualmente imperativa a adequação municipal à exigências estratégicas da região de Lisboa: qualificação técnico-científica muito elevada, relacionamento em rede com o mundo, formação profissional elevada e flexível. A integração na península de Setúbal exige também estreitamento das relações entre escolas e empresas, resposta às oportunidades de emprego localmente existentes e capacidade de antecipação e resposta às mudanças laborais realizadas no âmbito das estratégias mundiais das empresas e da globalização económico-social.

A preservação dos valores, tradições e referências locais continua, simultaneamente, a fazer sentido para que haja uma resposta à diversidade de interesses e dinâmicas existentes no concelho, onde a «urbanização» e a «ruralidade» continuam a coexistir, para que a diversidade cultural seja preservada e valorizada como património da humanidade que é imperioso preservar.

Se esta dinâmica externa seria suficiente para alertar da importância de uma conjugação de esforços financeiros, humanos e institucionais do País e da União Europeia para com a educação e a cultura no concelho, tal solidariedade torna-se ainda mais evidente quando se constata que o posicionamento municipal no contexto nacional é mais favorável na produção de rendimento que na sua apropriação.

Palmela está mais próximo geograficamente que socialmente dos «pólos de desenvolvimento» nacionais, carecendo uma melhoria acentuada da acessibilidade da população à educação e cultura, colocando o município nos patamares de desenvolvimento que a ciência e a tecnologia, por um lado, e a consciência dos cidadãos, permitem e exigem.

Demografia e Território

Palmela apresenta um forte aumento populacional (21,4% em dez anos) e todo leva a concluir que esta tendência continuará e reforçar-se-á: a dinâmica geral da Península de Setúbal, as novas acessibilidades, as urbanizações previstas.

Com uma diversidade geográfica interna, de dinâmica da população, concentração e urbanização, por um lado, e caracterização das dinâmicas territoriais no macro espaço da área metropolitana de Lisboa (Espaço-Motor, Emergente e Problema), as situações e problemas que se colocam de educação e formação são muito diversificadas. Em todas as circunstâncias é notória a importância do reforço das estruturas e práticas educativas-formativas, devendo haver um particular cuidado em reservar espaços para as soluções mais adequadas para o bem-estar das populações e rigorosa gestão dos recursos.

Do ponto de vista urbano Palmela e Pinhal Novo exigirem particular atenção: são muitas as exigências educativas, formativas, culturais, desportivas e outras que colocam. Ocupando Palmela a primeira posição hierárquica, utilizando os critérios de avaliação que para a educação são fundamentais, Pinhal Novo é a convergência de algumas das diversidades anteriormente referidas e está com um crescimento muito acentuado. No entanto esta atenção não pode fazer descorar a atenção sobre a outras regiões, onde há que debelar problemas antigos e emergências actuais.

As soluções que se encontrarem devem considerar a crescente integração no espaço de Lisboa, os movimentos pendulares que isso gera e a reestruturação das relações familiares e da família com a escola que tal implica.

Cidadania, Educação e Formação

Os dados globais sobre os níveis de instrução da população confirmam as carências anteriormente referidas. Carências face aos direitos que assiste a todos os cidadãos de terem uma educação adequada; face à inserção geográfica que exige elevados níveis de qualificação para se atingir os objectivos estratégicos.

Também a situação de síntese do último ano lectivo revela carências. Grosso modo podemos dizer que o número de alunos no 1º ciclo revela uma cobertura quase total, mas a taxa de cobertura é bastante baixa no pré-escolar. Também o ensino secundário é frequentado por uma baixa percentagem de jovens em idade de o frequentar. Quanto ao 2º e 3º ciclo as dificuldades apontadas em nota anterior são particularmente vincadas mas parece poder-se concluir pela existência de uma taxa de cobertura significativamente aquém das necessidades.

Com efeito a análise pormenorizada da Educação Pré-Escolar revela que a taxa de cobertura é muito baixa e bastante desigual nas diversas freguesias. É necessário fazer um grande esforço de criação de novas estruturas, nomeadamente pelo sector público. Nesse processo há que ter em atenção, para além de outros aspectos (como, por exemplo, a proximidade dos utilizadores e as carências sociais) a conveniência das fáceis relações com as EB1, aspecto desde já reconhecido e que há que manter e reforçar.

Este esforço quantitativo é prioritário e fundamental, mas a ele deve acrescentar-se a importância das vertentes qualitativas: desde a melhoria dos equipamentos existentes ao interesse da informatização, da formação continua dos educadores ao relacionamento institucional, enfim uma multiplicidade de aspectos, em grande medida sentido já como carências por grande parte de todos os intervenientes no processo.

A situação é bastante diferente no que se refere ao 1º Ciclo do Ensino Básico. A cobertura existente é praticamente plena. As carências não são de instalações ou de professores. Contudo também aqui há muito a fazer se pretender ter espaços mais adequados ao processo de ensino, se se desejar incentivar a prática desportiva, se se pretender introduzir as novas tecnologias em todos os aspectos de funcionamento das escolas, se defender a generalização do regime normal.

A gestão das escolas EB1 e as formas de funcionamento burocrático-administrativas dos agrupamentos são preocupantes.

Sendo de louvar os importantes níveis de integração das EB1 na realidade social envolvente e no esforço de integração multicultural são áreas de relacionamento que podem e devem ser reforçadas.

Para se conseguir os aspectos anteriormente referidos é importante uma actividade de formação.

A quase única conclusão possível de tirar do EBM é que havendo razões históricas para a sua existência e estando frequentemente associado a zonas e populações carências limita-se a reproduzir essas carências ao transmitir um ensino extremamente limitado. Está pedagógica e institucionalmente ultrapassado, particularmente em espaços como o de Palmela.

No 2º e 3º Ciclos existem situações positivas e negativas a ressaltar, como é quase inevitável numa análise deste tipo. Porque as nossas preocupações são de fundamentar propostas de transformação consideramos que devemos enfatizar o segundo conjunto. Assim, não esquecendo nem subestimando o muito trabalho realizado, o empenhamento institucional e pessoal e os válidos contributos dados para a educação e cidadania dos jovens, é de referir as instalações, com algumas inadequações, sobreocupadas, as dificuldades de se poder implementar o regime normal, que como o nome indica deveria ser o generalizada e permanentemente existente, as significativas percentagens de sucesso e abandono escolar. Aliás o grupo etário dos 10 aos 14 anos é considerado, no concelho, um grupo de risco. Numa análise mais fina constam-se diferenças regionais, havendo uma baixa escolarização de algumas regiões. Destes aspectos resulta a constatação de insuficiências no cumprimento da escolaridade obrigatória.

A existência na mesma escola do 3º Ciclo e do Secundário é um aspecto negativo, repercutindo-se particularmente no ensino ministrado no Secundário. Para além dos inconvenientes pedagógicos e na qualidade das instalações, esta junção faz com que as instalações do ensino secundário estejam sobreocupadas.

No Secundário há uma baixa taxa de escolarização. O abandono e insucesso são grandes. Há uma grande falta da componente tecnológica. Deveria haver uma maior diversidade de cursos na região e, por um

lado, um processo de especialização que evitasse a repetição desnecessária dos mesmos cursos. Quando falamos em região pretendemos referir-nos a uma área geográfica mais vasta que o concelho, podendo configurar-se geograficamente como sendo a Península de Setúbal. Quando caminhamos para serviços educativos e formativos cuja área de influência possível é maior, como é o caso do ensino secundário, superior e formação profissional, importa ter horizontes geográficos mais amplos. No entanto uma tal consideração pormenorizada ultrapassa o âmbito deste documento.

A estratégia da região metropolitana de Lisboa e o elevado desenvolvimento tecnológico e científico existente e os seus ritmos de transformação, aconselham a constituição de redes internacionais entre escolas, a informatização para uma pluralidade de actividades de actividades (lúdica, pedagógica, científica, administrativa) e uma formação de professores e pessoal auxiliar (num leque muito variado de aspectos, entenda-se) frequente.

No ensino profissional as carências são muito grandes, impondo-se uma alteração rápida e radical da situação, para o que é imperioso, para além de outros aspectos – recursos, por exemplo –, uma conjugação de esforços e harmonização de iniciativas de diversas instituições.

A importância dos transportes escolares no prosseguimento da escolaridade dos jovens, no bem-estar das famílias e nas despesas camarárias aconselha que se caminhe para soluções integradas de funcionamento das instituições de ensino, dando particular atenção à localização próxima das grandes urbanizações existentes ou projectadas. O ritmo de concentração populacional que Palmela regista, aspectos a que já nos referimos, exige dar-se uma atenção muito particular às Escolas Básicas Integradas.

A racionalização dos trajectos do transporte escolar parece já existir em grande medida. O problema não está na sua planificação mas na necessidade frequente desses transportes e nas condições envolventes, nomeadamente infra-estruturas, existentes.

Depois há que melhorar alguns dos serviços de apoio à educação e segmentos do seu funcionamento. Havendo o grande esforço de educação extra-escolar importa chamar a atenção para a importância dos serviços de psicologia e orientação.

O Ensino Recorrente, por vezes com fronteiras difusas com a educação extra-escolar, deve ser repensado, reorganizado, experimentado. Todas as vicissitudes nacionais se reflectem nessa prática local, podendo, apesar de tudo, afirmar-se que não é das regiões onde a situação surge mais dramática.

Enfim, há que haver uma conjugação de esforços entre todos os intervenientes da educação. A política educativa nacional e municipal, a política e a actividade gestionária das instituições de ensino e formação têm que ter uma lógica forte de desenvolvimento local. Este aspecto articulado com a consciência das populações sobre a importância da educação e formação e a urgência da sua intervenção são os núcleos duros da territorialização.

As dinâmicas locais – muitas com grande iniciativa, imaginação, racionalidade, organização – revelam que no concelho há condições particularmente favoráveis para a concretização da territorialização como “processo de apropriação por uma determinada comunidade, de diversos espaços sociais”. A dinâmica é grande por parte dos professores, das escolas, da autarquia.

Havendo desde logo atenção em ampliar o tipo (Juntas de Freguesia, Associações de Pais, Centros de Emprego, Colectividades, etc.) e a quantidade de instituições, deve haver uma particular atenção na dinâmica dos estudantes, professores e encarregados de educação. Alguns dados parecem indiciar a existência de uma dinâmica menor ao caminhar-se da Câmara para as Escolas e destas para os docentes. É fundamental reforçar, mesmo quando já existe e se manifesta, a inserção das escolas na sociedade.

Para terminar estas breves conclusões, algumas referências à formação profissional. É o retomar algumas das linhas de força já anteriormente assumidas. A palavra chave é “diálogo”. Embora se possa avançar para algumas estruturas novas, o esforço fundamental vai no sentido da conjugação de esforços, de harmonização das vontades existentes, de articulação de iniciativas, de conhecimento mútuo.

Nota Final

Se apreciássemos as carências educativas e formativas em termos absolutos, isto é, se comparássemos os níveis de conhecimentos e bem-estar que são possíveis de alcançar com o actual nível de

desenvolvimento da ciência e da tecnologia mundial, encontraríamos para todo o País, e também para esta região e município, enormes carência.

A nossa análise, no entanto, tem que conjugar essa referência com as realidades do país.

Da análise relativa resulta também a existência de diversas carências. O concelho tem uma posição nacional mais destacada na produção de rendimento que no usufruto da sua aplicação. No contexto das regiões em que se insere apresenta debilidades educativas e formativas, apesar do empenhamento da autarquia, do esforço de muitos cidadãos da região.

Neste estudo procurou-se dar conta das potencialidades e das carências através de uma observação detalhada dos sistemas de ensino e formação segundo diversos critérios de observação e segmentação. Observação que tem de ser prospectiva dada a grande dinâmica de construção que a região apresenta e as alterações significativas de inserção na área metropolitana de Lisboa.

A cidadania, o tecido produtivo, as tradições a preservar, o desenvolvimento cultural da região numa lógica de internacionalização dos saberes e das dinâmicas sociais aconselham alterações significativas na educação e formação, com empenhamento crescente das entidades envolvidas e um maior enraizamento das escolas, nas suas práticas educativas, na região.

O próximo relatório visará dar corpo a estes anseios.

Bibliografia

Para consultar a bibliografia visite-se o site:

<http://www.quadrosemetas.co.pt/cepalmela/>

e escolha “Acesso para Grupo de Acompanhamento”.

A introdução do “nome” e “password”² permite-lhe de seguida ter acesso à listagem da bibliografia.

² Estes elementos são fornecidos pela Comissão de Acompanhamento Restrita, da CMPalmela.